

Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

2008



A presente obra é publicada em nome da Organização das Nações Unidas



O presente relatório baseia-se num conjunto de dados compilados por um Grupo Interorganismos de Peritos para os indicadores dos ODM dirigido pelo Departamento de Assuntos Económicos e Sociais do Secretariado das Nações Unidas, a pedido da Assembleia Geral, tendo em vista a avaliação periódica do avanço em direcção à consecução dos ODM. O Grupo é constituído por representantes das organizações internacionais consideradas competentes para controlar os progressos realizados neste domínio, que se indicam a seguir. O relatório contou igualmente com o contributo de vários estatísticos nacionais e peritos externos.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE

BANCO MUNDIAL

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

UNIÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

COMISSÃO ECONÓMICA PARA ÁFRICA

COMISSÃO ECONÓMICA PARA A EUROPA

COMISSÃO ECONÓMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARAÍBAS

COMISSÃO ECONÓMICA E SOCIAL PARA A ÁSIA E O PACÍFICO

COMISSÃO ECONÓMICA E SOCIAL PARA A ÁSIA OCIDENTAL

PROGRAMA CONJUNTO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O VIH/SIDA

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A MULHER

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O AMBIENTE

CONVENÇÃO-QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS POVOAMENTOS HUMANOS

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A POPULAÇÃO

UNIÃO INTERPARLAMENTAR

ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICOS (OCDE)

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO

Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio 2008

Ficha Técnica

Título: Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio 2008

Editor: IED – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento

Execução Gráfica:

Editorial do Ministério da Educação

Estrada de Mem Martins, 4

Apartado 113

2726-901 Mem Martins

1.ª Edição: Dezembro 2008

Tiragem: 1500 exemplares

Depósito Legal n.º 285 116/08

ISBN: 978-972-9219-76-4

Copyright © 2008 Nações Unidas para a edição inglesa

Copyright © 2008 Nações Unidas para a edição portuguesa

All rights reserved/Todos os direitos reservados

A presente obra é publicada em nome da Organização das Nações Unidas

A tradução é da responsabilidade do Centro Regional de Informação das Nações Unidas para a Europa Ocidental (UNRIC)

A edição inglesa do *Millennium Development Report* foi publicada pelo Departamento de Assuntos Económicos e Sociais do Secretariado das Nações Unidas (DESA) – Agosto de 2008

A edição da versão portuguesa foi coordenada pelo IED



Edição APOIADA PELO IPAD



Preâmbulo

Ao adoptar a Declaração do Milénio em 2000, a comunidade internacional prometeu “não poupar esforços para libertar os nossos semelhantes, homens, mulheres e crianças, das condições abjectas e desumanas da pobreza extrema”. Neste momento, já nos encontramos a mais de meio caminho do fim do prazo para a consecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio – 2015.

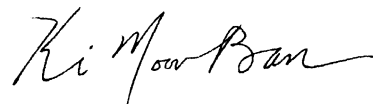
Os ODM sintetizam as aspirações de desenvolvimento do mundo inteiro. Mas não são apenas objectivos de desenvolvimento – englobam valores e direitos humanos universalmente aceites, tais como o direito a não passar fome, o direito a uma formação escolar de base, o direito à saúde e a responsabilidade para com as gerações futuras. Já realizámos progressos importantes no sentido da consecução dos oito objectivos, mas não estamos no bom caminho no que se refere a honrarmos os compromissos que assumimos. O presente relatório quantifica os resultados já alcançados e avalia as tarefas que ainda estão por realizar.

Essas tarefas representam actualmente um desafio maior porque o ambiente, em grande medida favorável ao desenvolvimento, que prevaleceu desde os primeiros anos da década em curso e contribuiu para os êxitos alcançados até à data, está agora ameaçado. Encontramo-nos perante um abrandamento da economia mundial e uma crise da segurança alimentar, cuja dimensão e duração se desconhecem. O aquecimento global tornou-se mais evidente. Estas novas condições irão afectar directamente os nossos esforços para reduzir a pobreza: o abrandamento económico causará uma diminuição dos rendimentos dos pobres, que também serão os mais afectados pelo impacto das alterações climáticas. Não devemos permitir que a necessidade de superar estas preocupações, justificadamente prementes, comprometa os nossos esforços a longo prazo para realizar os ODM. A nossa estratégia deve consistir, pelo contrário, em manter a atenção concentrada nos ODM, ao procurarmos superar estes novos desafios.

Alguns dos problemas que surgiram recentemente reflectem o facto de não se ter prestado atenção suficiente a estes assuntos no passado. Teria sido possível atenuar a ameaça iminente de agravamento da fome se as últimas décadas não se tivessem caracterizado por uma falta de investimento no desenvolvimento agrícola e rural nos países em desenvolvimento. As alterações climáticas não representariam uma ameaça tão imediata se tivéssemos honrado os compromissos em matéria de desenvolvimento sustentável, formulados repetidas vezes ao longo dos anos. E a actual turbulência nos mercados financeiros mundiais revela fragilidades sistémicas de que já temos conhecimento há algum tempo, mas que nunca procurámos corrigir convenientemente.

O clima de agitação que prevalece actualmente pode comprometer alguns dos avanços registados no domínio da redução da pobreza. É possível que se verifiquem também alguns retrocessos em relação a outros ODM. Há, todavia, conquistas que não será possível anular. Uma criança beneficiará para sempre do ensino primário que não teria frequentado noutras circunstâncias. Muitas pessoas estão vivas hoje graças à vacinação contra o sarampo ou às terapias anti-retrovirais para tratamento de doentes com SIDA. Consegiu-se impedir que milhões de toneladas de substâncias que destroem a camada do ozono fossem libertados na atmosfera. Houve dívidas externas que foram anuladas, libertando recursos para o desenvolvimento. Estes e outros exemplos são prova mais do que suficiente daquilo que se pode conseguir e se tem conseguido com estratégias sólidas, apoiadas por vontade política e por recursos financeiros e técnicos.

Se olharmos para o futuro, para 2015 e mais além, não há dúvida de que é possível alcançar o nosso objectivo supremo: podemos acabar com a pobreza. A experiência tem demonstrado quase sempre a validade de acordos estabelecidos no passado sobre o rumo a tomar; por outras palavras, sabemos o que temos de fazer. Mas isso exige um esforço colectivo constante, a longo prazo. Perdemos algum tempo. Desperdiçámos oportunidades e isso trouxe novos desafios, o que torna mais difícil a tarefa que temos pela frente. Agora, temos a responsabilidade de recuperar o terreno perdido - e de colocar firmemente todos os países num rumo que conduza a um mundo mais próspero, mais sustentável e mais equitativo.



BAN KI-MOON
Secretário-Geral, Nações Unidas

Síntese

Os oito Objectivos de Desenvolvimento do Milénio foram adoptados pela comunidade internacional como quadro para as actividades de desenvolvimento de mais de 190 países espalhados por dez regiões; foram formulados sob a forma de mais de 20 metas com mais de 60 indicadores. O presente relatório resume os progressos realizados na consecução dos objectivos em cada região. No entanto, qualquer síntese desta natureza oculta, inevitavelmente, o âmbito e a diversidade das experiências de desenvolvimento vividas nos vários países desde que os objectivos foram adoptados.

Alguns êxitos importantes a meio do percurso

O êxito mais importante registado até à data tem sido a amplitude e profundidade sem precedentes do empenhamento na consecução dos ODM – um esforço colectivo mundial sem paralelo em 50 anos de experiência de desenvolvimento. Não foram apenas os governos dos países em desenvolvimento e a comunidade internacional que adoptaram os ODM como quadro para as suas actividades no domínio da cooperação internacional para o desenvolvimento, mas também o sector privado e, principalmente, a sociedade civil, tanto dos países desenvolvidos como dos países em desenvolvimento. Para além de defenderem os ODM, há fundações privadas nos países desenvolvidos que se tornaram uma importante fonte de financiamento para um vasto leque de actividades destinadas a realizá-los. Nos países em desenvolvimento, as ONG estão cada vez mais empenhadas em desenvolver essas actividades, bem como em acompanhar os seus resultados.

Este esforço colectivo mundial está a produzir resultados. Dados recentes que vêm complementar os de relatórios precedentes confirmam, em grande medida, tendências que já haviam sido identificadas anteriormente. Têm-se registado progressos sólidos em alguns domínios dos ODM, mesmo em algumas das regiões com maiores dificuldades, e prevê-se que várias metas sejam atingidas dentro dos prazos fixados, geralmente 2015:

- O objectivo geral de reduzir a pobreza absoluta para metade está ao alcance do mundo no seu conjunto;
- A taxa de escolarização no ensino primário é de pelo menos 90% em todas as regiões excepto duas;
- O índice da paridade de género no ensino primário é de 95% ou mais em 6 das 10 regiões, incluindo as mais populosas;
- O número de mortes causadas pelo sarampo diminuiu de mais de 750 000 em 2000 para menos de 250 000, em 2006, e aproximadamente 80% das crianças dos países em desenvolvimento já são actualmente vacinadas contra o sarampo;
- O número de mortes causadas pela SIDA diminuiu de 2,2 milhões, em 2005, para 2,0 milhões, em 2007, e o número de novas infecções baixou de 3,0 milhões, em 2001, para 2,7 milhões em 2007;
- A prevenção da malária está a ganhar terreno, registando-se aumentos gerais da utilização de redes tratadas com insecticida entre as crianças com menos de cinco anos, na África Subsariana: em 16 de um total de 20 países, a utilização de redes pelo menos triplicou desde cerca de 2000;
- Prevê-se que a incidência da tuberculose estabilize e comece a diminuir antes de 2015, limite do prazo fixado para o efeito;
- Desde 1990, 1,6 mil milhões de pessoas passaram a ter acesso a água potável;
- A utilização de substâncias que destroem a camada do ozono foi praticamente eliminada, o que tem contribuído para o esforço no sentido de reduzir o aquecimento global;
- A parcela das receitas das exportações dos países em desenvolvimento canalizada para o serviço da dívida externa baixou de 12,5% em 2000 para 6,6% em 2006, permitindo que esses países afectem mais recursos a medidas destinadas a reduzir a pobreza;
- O sector privado melhorou o acesso a certos medicamentos

essenciais e difundiu rapidamente a tecnologia dos telemóveis por todo o mundo em desenvolvimento.

Alguns destes êxitos deveram-se a intervenções ou programas com fins específicos, tais como a distribuição de redes mosquiteiras, medicamentos, vacinas e telemóveis. Por exemplo, a produção de redes mosquiteiras tratadas com insecticida aumentou de 30 milhões em 2004 para 95 milhões em 2007, o número de pessoas que vivem com o VIH nos países em desenvolvimento e receberam tratamento com anti-retrovirais aumentou quase 1 milhão em 2007, e, em 2006, o número de novos assinantes de telemóveis em África aumentou 60 milhões.

A realização de outros objectivos ou metas, como, por exemplo, a redução da mortalidade materna, dependerá da existência de sistemas nacionais, dotados de pessoal qualificado e devidamente equipado e de uma infra-estrutura institucional eficaz. O reforço destas capacidades requer um forte empenhamento político e fundos suficientes durante um período de tempo mais prolongado, antes de os efeitos se tornarem visíveis. Para satisfazer estas necessidades, aumentou-se a ajuda externa a actividades do sector social orientadas para a consecução dos ODM, em certa medida à custa do reforço da capacidade de produção e das infra-estruturas físicas, inclusivamente no sector agrícola. Uma atenção acrescida a sectores directamente relacionados com os ODM tem frequentemente produzido resultados, mas não se devem privar outros sectores importantes dos recursos de que necessitam. A prestação de toda a assistência necessária exigirá a concessão dos fundos suplementares prometidos a título de ajuda pública ao desenvolvimento (APD) que não for possível obter mediante uma redistribuição de recursos entre os vários sectores.

É necessário um esforço maior noutras áreas

Paralelamente aos êxitos alcançados, existe toda uma série de objectivos e metas que provavelmente não serão atingidos a não ser que sejam urgentemente adoptadas medidas suplementares, reforçadas ou correctivas:

- Não é provável que se consiga realizar a meta de reduzir para metade a proporção de pessoas na África Subsariana que vive com menos de 1 dólar por dia;
- Aproximadamente um quarto de todas as crianças dos países em desenvolvimento sofre de insuficiência ponderal e há o perigo de o seu futuro vir a ser afectado pelos efeitos a longo prazo da subnutrição;
- Dos 113 países que não conseguiram atingir a paridade de género no que se refere à escolarização no ensino primário e secundário dentro do prazo fixado – 2005 –, apenas 18 deverão conseguir realizar esse objectivo até 2015;
- Quase dois terços das mulheres que trabalham no mundo em desenvolvimento têm empregos precários como trabalhadoras por conta própria ou trabalham para a família sem remuneração;
- Em um terço dos países em desenvolvimento, as mulheres representam menos de 10% dos deputados;
- Todos os anos, mais de 500 000 mulheres grávidas dos países em desenvolvimento morrem durante o parto ou devido a complicações relacionadas com a gravidez;
- Cerca de 2,5 mil milhões de pessoas – quase metade da população do mundo em desenvolvimento – não dispõem de estruturas de saneamento adequadas;
- Mais de um terço da população urbana crescente dos países em desenvolvimento vive em bairros degradados;
- As emissões de dióxido de carbono têm continuado a aumentar, apesar do calendário estabelecido pela comunidade internacional para resolver o problema;
- As despesas da ajuda externa dos países desenvolvidos diminuíram pelo segundo ano consecutivo em 2007 e estão em risco de ficar aquém dos compromissos assumidos em 2005;
- As negociações comerciais internacionais estão atrasadas vários anos e os seus eventuais resultados não estarão provavelmente à altura da esperança de que conduzam a decisões favoráveis ao desenvolvimento.

Fazer face às múltiplas dimensões da pobreza

Em conjunto, os resultados alcançados até à data evidenciam, mais uma vez, o carácter multifacetado da pobreza, a interacção entre as suas várias causas e manifestações, e o alargado leque de acções complementares que é necessário empreender. Os pobres não são apenas as pessoas de rendimentos mais baixos, mas também aquelas que mais privações sofrem em termos de saúde, educação e outros aspectos do bem-estar humano. As mães pobres têm mais probabilidade de morrer durante o parto; as crianças de famílias pobres têm mais probabilidade de sofrer de subnutrição, correndo, portanto, um risco maior de morrer devido às doenças da infância; as crianças pobres beneficiam menos da educação ou não têm sequer acesso à mesma; e as disparidades de género são mais pronunciadas entre os pobres, excluindo-os dos benefícios e oportunidades decorrentes do desenvolvimento. Estas características, por sua vez, perpetuam a pobreza em termos de rendimento. No caso dos pobres, mais do que no de quaisquer outras pessoas, há uma maior probabilidade de os rendimentos serem negativamente afectados por conflitos, catástrofes naturais e flutuações económicas, bem como pelos recentes aumentos dos preços dos alimentos e os efeitos cada vez mais visíveis do aquecimento global.

Em termos globais, a maioria das pessoas pobres está presa num círculo vicioso. Para romper este círculo vicioso é necessário um conjunto de acções simultâneas, já que uma intervenção única não será provavelmente suficiente. Os governos devem assegurar que a redução da pobreza seja integrada em todas as políticas, desde as estratégias macroeconómicas nacionais às acções administrativas a nível local. Deve prestar-se especial atenção à criação de novas oportunidades de emprego digno. O investimento público e as instituições públicas devem procurar visar os pobres, sobretudo quando se trata das despesas nos domínios da educação, saúde e infra-estruturas.

É necessário garantir a igualdade de género e o empoderamento das mulheres em todos os aspectos – que são em si mesmos objectivos desejáveis –, a fim de combater a pobreza, a fome e a doença e assegurar o desenvolvimento sustentável. Os progressos limitados realizados naqueles dois domínios constituem uma deficiência que se faz sentir a todos os níveis, indo além do próprio objectivo. A negligência e os preconceitos em relação às mulheres e às raparigas continuam a ser uma realidade na maioria dos países. Como ponto de partida para melhorar o futuro das mulheres, os países que não conseguiram assegurar a igualdade de género no que se refere à escolarização no ensino primário e secundário dentro prazo fixado – 2005 – devem redobrar esforços para alcançar essa meta o mais rapidamente possível. Melhorar o apoio ao trabalho independente e direito à propriedade de terras e de outros a favor das mulheres é fundamental para o desenvolvimento económico dos países. No entanto, para alcançar a igualdade de género é necessário, acima de tudo, que as mulheres participem em pé de igualdade com os homens na tomada de decisões a todos os níveis, desde a família até aos mais elevados escalões do poder económico e político.

Na maioria das regiões, as pessoas que vivem nas zonas rurais são aquelas que estão mais longe de alcançar vários ODM. A população rural está a sofrer os efeitos da negligência a que a agricultura tem sido votada ao longo dos anos, mas também se encontra numa situação desfavorecida porque o avanço em direcção à realização de vários ODM depende de instituições, serviços e apoio públicos, tais como escolas, estruturas de saúde, serviços de extensão agrícola e infra-estruturas físicas, bem como do comércio e de trocas com terceiros. Estes serviços são geralmente mais difíceis de obter nas zonas rurais, e grande parte da população rural não consegue sair do círculo vicioso da pobreza. A eclosão de uma crise alimentar mundial serviu para evidenciar, mais uma vez, a necessidade de prestar mais atenção ao desenvolvimento do sector agrícola e às necessidades da população rural.

As dificuldades da vida rural estão a incentivar a migração para as cidades, e, actualmente, metade da população mundial vive em zonas urbanas. Esta migração não representa, porém, uma solução para a pobreza e não significa um avanço mais rápido em direcção à consecução dos ODM. Em 2005, por exemplo, um pouco mais de um terço da população urbana das regiões em desenvolvimento vivia em bairros degradados, com os problemas que daí decorrem em termos de estruturas impróprias de abastecimento de água e saneamento e falta de infra-estruturas sociais, incluindo serviços de saúde e de educação.

Apesar da atenção dedicada aos ODM a nível mundial e dos avanços impressionantes conseguidos em algumas áreas, os resultados obtidos

até à data mostram que, na maioria dos países, existem geralmente segmentos da sociedade que não usufruem dos benefícios se não forem realizadas acções destinadas a integrá-las. Os ODM são universais: destinam-se a abranger não só todos os países, mas também todas as pessoas de cada país. Os governos e outros actores devem, portanto, prestar especial atenção a todas as pessoas que se encontram em risco de não beneficiar do avanço em direcção à consecução dos ODM.

De olhos postos em 2015

Foi apenas nos últimos anos que ficaram disponíveis dados relacionados com os ODM referentes ao período desde 2000. É animador constatar que, no caso de muitas variáveis, os dados revelam progressos acelerados desde esse ano. Isto sugere que a Declaração do Milénio e os compromissos dela decorrentes contribuíram, efectivamente, para a evolução positiva registada no domínio do desenvolvimento. Significa, também, que as tendências registadas entre 1990 e 2000 não constituem uma base fiável que permita extrapolar resultados para 2015. Mas os dados ainda não revelam os efeitos da actual deterioração das perspectivas de desenvolvimento mundiais. Será necessário um esforço maior para alcançar os ODM se houver um enfraquecimento significativo da situação económica nos países em desenvolvimento. Se isso acontecer, o avanço mais rápido em direcção aos ODM registado recentemente também não é um bom indicador das perspectivas para o futuro.

Os esforços da maioria dos países em desenvolvimento para alcançar os ODM beneficiaram do maior crescimento económico e do nível de inflação relativamente baixo que caracterizaram grande parte do período desde 2000. As perspectivas imediatas apontam para um menor crescimento mundial e uma subida da inflação. Estes dois factores comprometem a possibilidade de reduzir a pobreza em termos de rendimento e deverão afectar o avanço em direcção à realização de outros ODM, a não ser que haja uma resposta apropriada por parte de todos os parceiros.

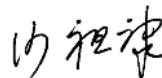
A primeira componente dessa resposta consiste em assegurar uma aceleração e expansão da actual linha de acção, de modo a manter e alargar os progressos realizados recentemente. Todos os parceiros devem reiterar o seu empenhamento no vasto leque de actividades interligadas que já estão a contribuir para a consecução dos ODM no mundo inteiro. As políticas, programas e projectos que se têm revelado eficazes devem ser alargados sempre que adequado.

Ao mesmo tempo, os governos nacionais e a comunidade internacional devem ter em conta as lições da experiência e adaptar-se às novas circunstâncias. Tanto os países desenvolvidos como os países em desenvolvimento devem mobilizar recursos adicionais para fazer face a desafios de longa data e a longo prazo nos domínios da agricultura, desenvolvimento rural, infra-estruturas e sustentabilidade ambiental, incluindo as alterações climáticas. A actual crise alimentar exige que se preste uma atenção especial a uma eventual escalada da fome e da desnutrição.

Este conjunto de prioridades exigirá um esforço sustentado e alargado no período até 2015 e mais além. Trata-se de uma tarefa ampla e complexa, mas os progressos realizados até à data demonstram que, com estratégias sólidas e vontade política, podemos ser bem sucedidos. Mas essa vontade política tem de incluir um maior empenhamento financeiro. Apesar das condições económicas potencialmente menos favoráveis, os países desenvolvidos têm de honrar o seu compromisso de aumentar substancialmente a APD e, de um modo geral, promover um ambiente internacional mais favorável ao desenvolvimento.

* * * * *

Todos os cidadãos do mundo, especialmente as pessoas pobres e mais vulneráveis, têm o direito de esperar que os seus dirigentes honrem os compromissos assumidos em 2000. Isso será possível se os governos, em conjunto com a sociedade civil, o sector privado, o sistema das Nações Unidas e outras organizações internacionais se empenharem em reforçar o dinamismo já gerado e em superar os desafios que o presente relatório evidencia.



SHA ZUKANG

Secretário-Geral Adjunto para os Assuntos Económicos e Sociais

Objectivo 1 Erradicar a pobreza extrema e a fome

META

Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a percentagem de pessoas cujo rendimento é inferior a um dólar por dia

Os preços mais altos dos alimentos poderão agravar a situação de pobreza em que vivem 100 milhões de pessoas

Novos dados, baseados nas últimas estimativas do custo de vida nos países em desenvolvimento, poderão vir a modificar a ideia que temos da escala e distribuição da pobreza mundial (ver caixa). No entanto, a regularidade do crescimento económico em todas as regiões em desenvolvimento sugere que a tendência para a diminuição da pobreza se manteve em 2007. O objectivo de reduzir para metade, até 2015, a proporção de pessoas do mundo em desenvolvimento que vive com menos de 1 dólar por dia continua a ser viável. Contudo, isto deve-se em grande medida ao extraordinário êxito económico na maior parte da Ásia. Por outro lado, estimativas anteriores apontam para escassos progressos na redução da pobreza extrema na África Subsariana. Na Ásia Ocidental, as taxas de pobreza eram relativamente baixas, mas estão a aumentar. E as economias em transição da Comunidade de Estados Independentes (CEI) e do Sudeste da Europa ainda estavam a recuperar do aumento da pobreza registado no princípio da década de 1990.

Desde 2002, um dos factores que tem contribuído para o crescimento de muitos países em desenvolvimento, sobretudo na África Subsariana, mas também na Ásia Ocidental e na América Latina, tem sido o aumento dos preços dos produtos de base, incluindo o petróleo. Para os exportadores, isto tem sido uma benesse. Mas os preços mais elevados dos produtos de base, especialmente do petróleo, fez abrandar o crescimento nos países que importam esses produtos. Muitos deles encontram-se entre os países mais pobres do mundo.

Os recentes aumentos dos preços dos alimentos têm tido um impacto directo e negativo na situação dos pobres. As pessoas pobres que não produzem os seus próprios alimentos são as mais gravemente afectadas, porque os alimentos passam a constituir uma proporção maior das suas despesas. O aumento dos preços dos alimentos limita a sua capacidade para obter não só alimentos, mas também outros produtos e serviços, incluindo educação e cuidados de saúde. É esta a situação em que se encontra a maior parte dos pobres que vivem nas zonas urbanas e os pobres das zonas rurais que não possuem terras. Os agricultores pobres, pelo contrário, podem beneficiar com o aumento dos preços dos alimentos se conseguirem produzir mais do que consomem. Mas muitos carecem dos recursos necessários para o fazer, em parte porque a subida dos preços do petróleo fez aumentar o custo dos fertilizantes. Em termos globais, os preços mais elevados dos alimentos deverão lançar mais pessoas na pobreza absoluta e as estimativas apontam para um aumento do número de pobres da ordem dos 100 milhões. A maior parte deste aumento registar-se-á na África Subsariana e no Sul da Ásia, que já são as regiões com o maior número de pessoas a viver na pobreza extrema.



Novos padrões de medida de pobreza no mundo

A pobreza extrema no mundo em desenvolvimento tem sido medida, desde 1990, com base num padrão que representa as linhas de pobreza registadas entre os países mais pobres do mundo. Estabelecida originalmente em 1 dólar por dia a preços de 1985, a linha internacional da pobreza foi posteriormente revista e fixada em 1,08 dólares por dia, medida em termos da paridade dos poderes de compra (PPC).

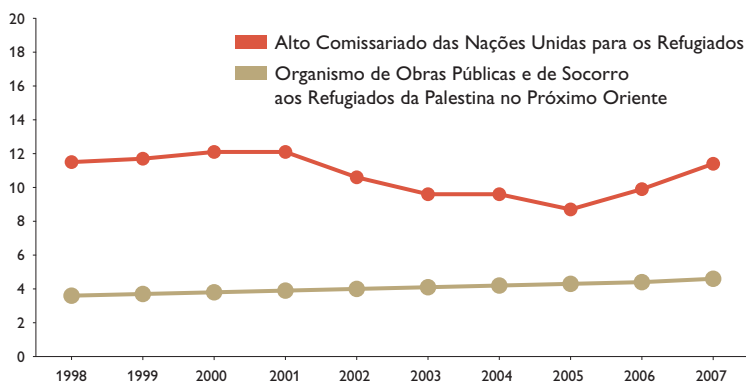
Existe actualmente um conjunto mais alargado de estudos sobre os preços, realizados no âmbito do Programa de Comparação Internacional, o que permitiu comparar o poder de compra de muito mais países. Publicados em princípios de 2008, os resultados daquela comparação requerem uma revisão substancial das estimativas anteriores dos níveis dos preços e, conseqüentemente, das estimativas da dimensão real de algumas economias das regiões em desenvolvimento. O Banco Mundial está a utilizar as novas estimativas da PPC para reavaliar a linha internacional da pobreza e preparar novas estimativas da pobreza nas economias de rendimento médio e baixo.

Segundo aqueles estudos, os níveis dos preços em muitos países em desenvolvimento são superiores aos valores estimados anteriormente, o que significa que a dimensão real das suas economias é proporcionalmente menor do que se julgava. Estes preços mais elevados significam, igualmente, que a reavaliação das estimativas do número de pessoas que vivem na pobreza e das taxas de pobreza também produzirá valores mais altos em algumas regiões. Estes novos padrões de medida deverão modificar os valores obtidos ao avaliar a dimensão e distribuição da pobreza mundial, e a taxa de diminuição da pobreza deverá ser semelhante ou mais rápida do que nas estimativas anteriores.

Estas estimativas melhoradas e mais completas da pobreza são um dos principais exemplos da importante evolução das estatísticas nos últimos anos, que irá ajudar-nos a compreender melhor os progressos realizados em direcção à consecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Os conflitos causam a deslocação e empobrecimento das populações

Refugiados da responsabilidade da ONU, 1998-2007 (Milhões)



Os conflitos continuam a obrigar pessoas a deslocar-se e a abandonar as suas casas, lançando-as na pobreza. Um indicador do impacto dos conflitos é o número de refugiados a nível mundial, que aumentou significativamente nos últimos anos, sobretudo devido ao conflito no Iraque. Actualmente, há cerca de 42 milhões de pessoas deslocadas por motivo de conflitos ou de perseguição, tanto dentro como fora das fronteiras do seu próprio país. Desse total, 16 milhões são refugiados, dos quais 11,4 são da responsabilidade do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e 4,6 milhões se encontram sob a protecção do Organismo de Obras Públicas e de Socorro aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA). Além disso, mais de 26 milhões de pessoas foram obrigadas a fugir de suas casas devido à violência ou perseguição, embora permaneçam dentro das fronteiras do seu próprio país.

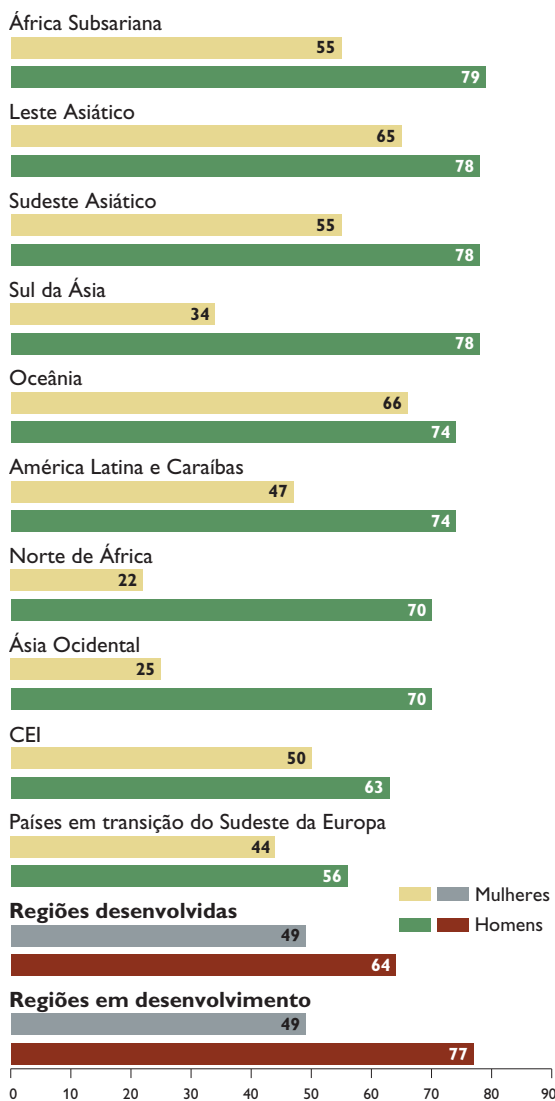
O Sul da Ásia, a Ásia Ocidental e a África Subsariana são as regiões com as populações de refugiados mais numerosas. No Líbano e na Jordânia, os refugiados representam 10% ou mais da população. No Iraque e na Somália, uma em cada 10 pessoas está deslocada internamente. Estes números não revelam, porém, em que medida o conflito gera pobreza entre pessoas que não estão directamente implicadas no diferendo em causa.

META

Alcançar o pleno emprego e assegurar que todas as pessoas, incluindo as mulheres e os jovens, consigam encontrar um trabalho digno e produtivo

O pleno emprego continua a ser uma possibilidade remota

Proporção da população em idade de trabalhar que está empregada, 2008 (percentagem)



Não é possível reduzir a pobreza se não houver pleno emprego e se as pessoas não conseguirem todas encontrar um trabalho digno e produtivo. A proporção da população em idade de trabalhar que está empregada é um bom indicador da capacidade de

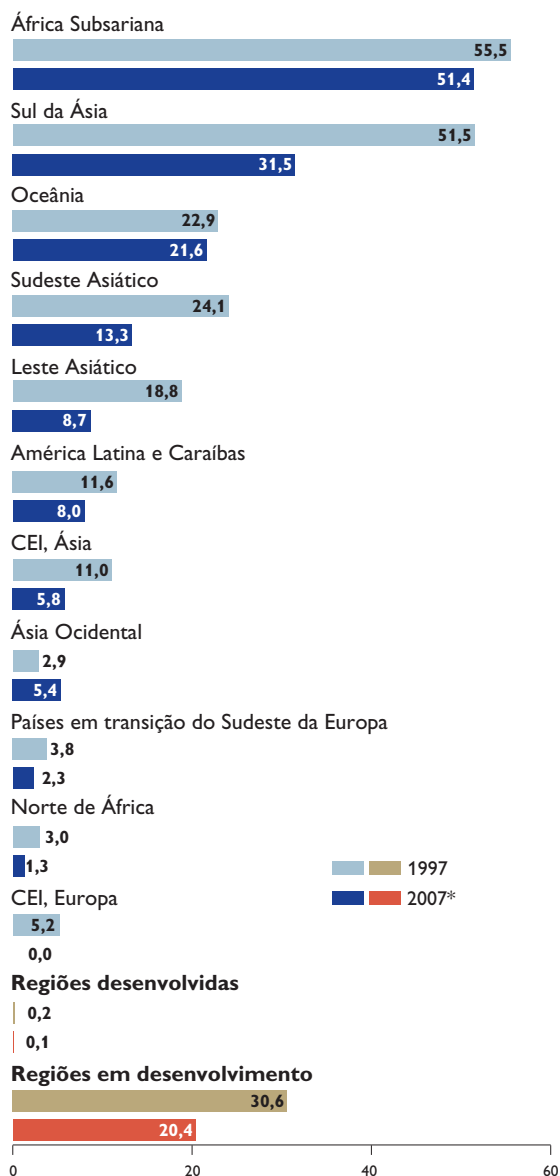
assegurar empregos de uma economia. Não existe, todavia, um rácio emprego/população óptimo. Os países desenvolvidos apresentam rácios mais baixos dos que os países em desenvolvimento porque os seus níveis de produtividade e rendimento mais elevados significam que são necessários menos trabalhadores para satisfazer as necessidades de toda a população. Por outro lado, os rácios muito elevados da África Subsariana indicam que um número elevado de pessoas pobres tem de trabalhar para subsistir, independentemente da qualidade do emprego.

A análise destes rácios e as comparações entre grupos permitem identificar os níveis e as tendências que produzem um impacto na pobreza e as lacunas em matéria de trabalho digno. Entre 55% e 75% da população em idade de trabalhar está empregada na maioria das regiões. As duas exceções são o Norte de África e a Ásia Ocidental, em parte porque o rácio emprego/população relativo às mulheres é inferior a 25% (mais de 40 pontos percentuais inferior ao dos homens). Muitas vezes, não é por opção que as mulheres permanecem fora da população activa. Haveria mais mulheres nestas regiões a optar por desenvolver uma actividade profissional se isso fosse socialmente aceitável, se fossem criados mais empregos para as mulheres e se existissem instituições para as ajudar a conciliar o trabalho e as responsabilidades familiares.

No Leste Asiático, existe uma diferença marcada entre os rácios emprego/população dos jovens e os do resto da população. Embora consigam escapar ao elevado nível de desemprego que existe entre os jovens noutras regiões, os jovens do Leste Asiático estão a trabalhar, em vez de investirem no seu futuro através da educação.

O baixo nível de remuneração dos empregos deixa na pobreza um em cada cinco trabalhadores dos países em desenvolvimento

Proporção de pessoas empregadas que vivem com menos de 1 dólar (PPC) por dia, 1997 e 2007 (percentagem)



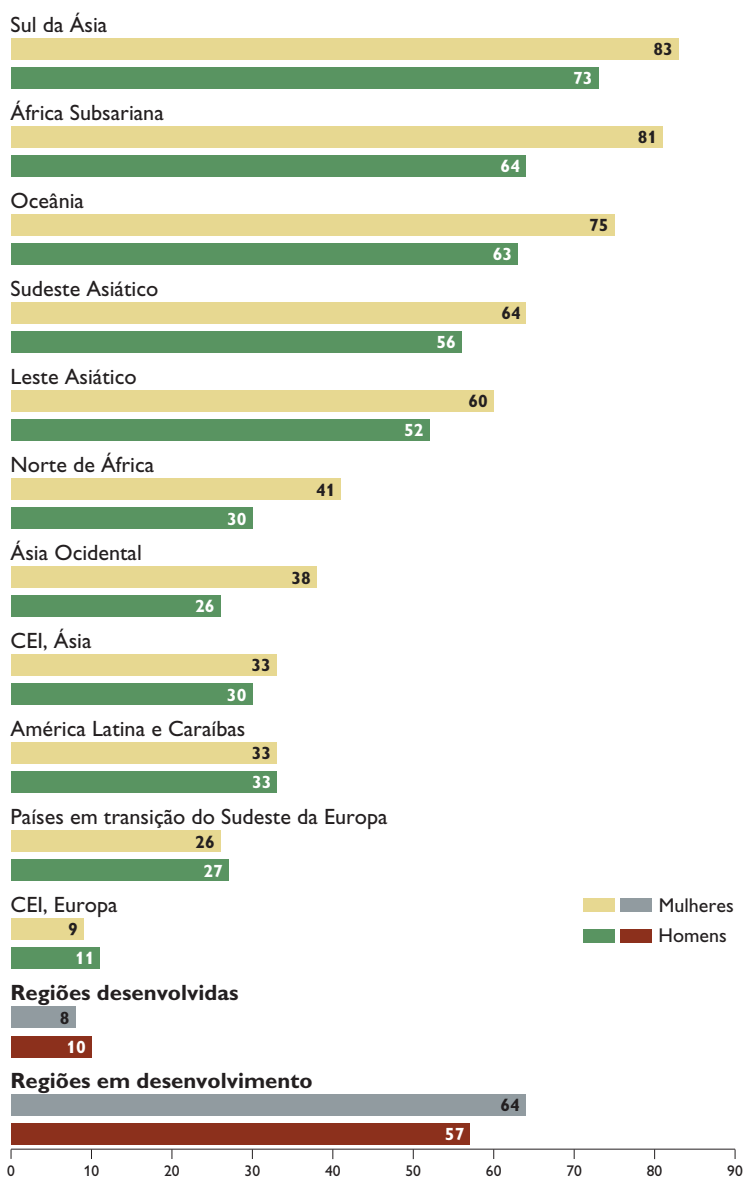
* Dados preliminares

Para milhões de pessoas do mundo, hoje, o emprego não permite escapar à pobreza porque a sua remuneração é muito baixa. As pessoas empregadas de um agregado familiar em que cada elemento ganha menos de 1 dólar por dia são consideradas “trabalhadores pobres”. Na África Subariana, mais de metade dos trabalhadores pertencem a esta categoria.

Não é provável que se consiga reduzir o número de pessoas pobres sem aumentos da produtividade. Nos últimos dez anos, a produtividade aumentou pelo menos 4% por ano no Sul da Ásia, Leste Asiático e Comunidade de Estados Independentes. Graças a esse aumento, o número de trabalhadores pobres nestas três regiões diminuiu. Pelo contrário, os progressos relativamente reduzidos e voláteis da produtividade na África Subariana significam que é difícil o número de trabalhadores pobres desta região diminuir.

Metade da população activa do mundo labuta em empregos instáveis e inseguros

Proporção de trabalhadores por conta própria e trabalhadores familiares não remunerados no emprego total, 2007, homens e mulheres (percentagem)



Um emprego remunerado só por si não resolve o problema da pobreza. Os empregos também têm de proporcionar um certo grau de segurança. Metade dos trabalhadores do mundo podem ficar subitamente reduzidos à pobreza, se perderem inesperadamente o emprego e não possuírem meios para fazer face às suas despesas, seja utilizando os seus próprios recursos seja com a ajuda de apoio público. A proporção da população activa mundial que ganhava a vida graças a um emprego precário tem vindo a diminuir lentamente, tendo passado de 53%, em 1997, para 50%, em 2007. Quase 1,5 mil milhões de trabalhadores continuam a ter um emprego precário e inseguro. O emprego vulnerável é mais frequente na África Subsariana, onde representa três quartos de todos os postos de trabalho, mas também é elevado na Oceânia, Sul da Ásia, Sudeste Asiático e Leste Asiático. De um modo geral, as mulheres das regiões em desenvolvimento têm mais probabilidade do que os homens de se encontrarem em situações de emprego precário. A diferença é de 10 pontos percentuais ou mais no Sul da Ásia, África Subsariana, Oceânia, Norte de África e Ásia Ocidental.

META

Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a percentagem de pessoas que sofrem de fome

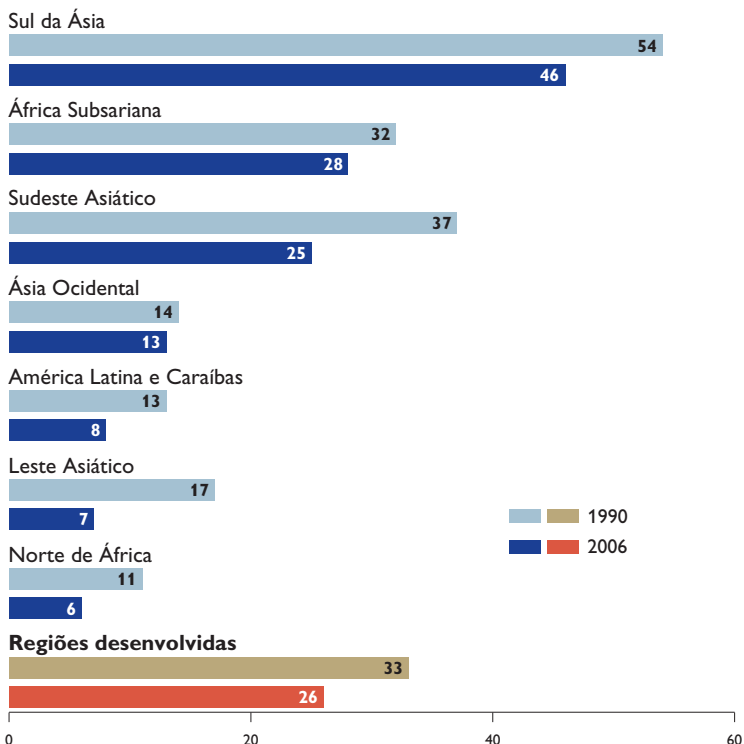
Os progressos registados na redução da fome estão actualmente a abrandar, devido ao aumento mundial dos preços dos alimentos. A escalada dos preços deve-se, em parte, a perturbações da oferta, mas a causa principal é o aumento da procura resultante de alterações de regimes alimentares, crescimento económico, expansão da população mundial, urbanização, utilização de culturas alimentares para a produção de biocombustíveis e políticas agrícolas inadequadas, nomeadamente, os subsídios concedidos nos países desenvolvidos.

Os pobres são as pessoas mais afectadas pelo aumento dos preços alimentares. A situação mais grave é a das pessoas que são demasiado pobres para comprar alimentos suficientes quando os preços aumentam e acabam por sofrer de fome e subnutrição aguda.

Não existe uma solução rápida para a causa subjacente à crise alimentar, mas são necessárias intervenções urgentes para combater a escassez alimentar imediata de inúmeras pessoas que correm o risco de sofrer de fome e desnutrição. A Conferência de Alto Nível sobre Segurança Alimentar Mundial, que teve lugar em Roma, em Junho de 2008, identificou várias medidas concretas destinadas a atenuar a fome. A mais urgente consiste em aumentar a ajuda alimentar de emergência e ajudar as pessoas pobres a obterem o máximo rendimento das suas culturas na próxima campanha.

O aumento dos preços alimentares ameaçam comprometer os progressos registados na luta contra a desnutrição infantil

Proporção de menores de 5 anos que sofrem de insuficiência ponderal, 1990 e 2006 (percentagem)



A proporção de crianças menores de 5 anos que sofrem de desnutrição diminuiu de 33% em 1990, para 26%, em 2006. Contudo, em 2006, o número de crianças dos países em desenvolvimento com peso insuficiente continuava ser superior a 140 milhões. Na medida em que a desnutrição entre crianças desta idade é, de um modo geral, representativa da dimensão do problema da fome entre a população no seu conjunto, os progressos efectuados são insuficientes para realizar esta meta dos ODM. Pior ainda, a situação mundial será exacerbada pelo aumento dos preços dos alimentos.

O Leste Asiático, sobretudo a China, conseguiu reduzir em mais de metade a proporção de crianças com peso insuficiente, entre 1990 e 2006. Pelo contrário, apesar das melhorias registadas desde 1990, no Sul da Ásia quase 50% das crianças sofrem de insuficiência ponderal.

Esta região, só por si, engloba mais de metade das crianças subalimentadas do mundo. A maioria dos países que menos progressos realizaram ao nível da redução da desnutrição infantil situa-se na África Subsaariana.

Em termos globais, o sexo da criança não parece afectar significativamente a prevalência da insuficiência ponderal entre os menores de 5 anos, mesmo no Sul da Ásia, uma região em que, segundo dados anteriores, as raparigas tinham mais probabilidade de sofrer de insuficiência ponderal do que os rapazes. A divisão entre zonas urbanas e zonas rurais é mais importante como factor determinante de desnutrição. Em média, as crianças que vivem nas zonas rurais nos países em desenvolvimento têm duas vezes mais probabilidade de ter peso insuficiente do que as crianças que vivem nas zonas urbanas. No Leste Asiático, onde a subalimentação diminuiu em termos globais e é actualmente inferior à média da maioria das restantes regiões em desenvolvimento, as crianças que vivem nas zonas rurais têm quase cinco vezes mais probabilidade de ter peso insuficiente do que as zonas urbanas.



Objectivo 2 Alcançar o ensino primário universal

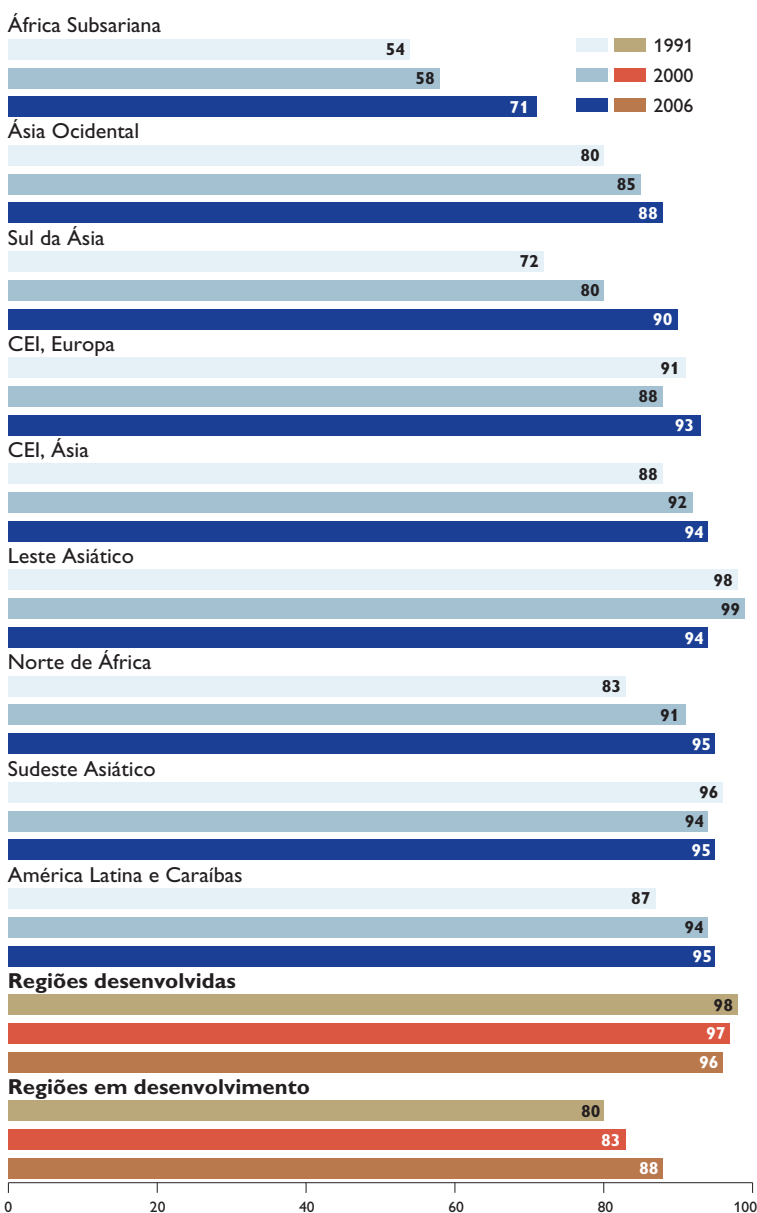


META

Garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino primário

A vontade política, aliada a investimentos bem orientados, permitiu realizar progressos generalizados em matéria de escolarização no ensino primário

Taxa de escolarização líquida no ensino primário,* 1990/1991, 1999/2000 e 2005/2006 (percentagem)



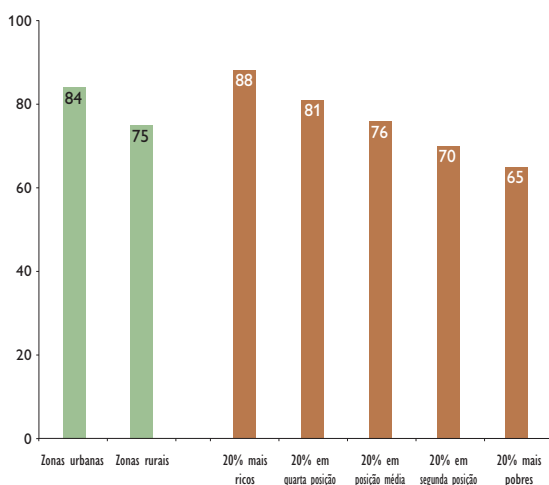
* Número de alunos do grupo teoricamente em idade de frequentar o ensino primário, matriculados no ensino primário ou secundário, expresso como percentagem da população total desse grupo etário.

Em quase todas as regiões, a taxa de escolarização líquida em 2006 foi superior a 90%, e muitos países quase conseguiram alcançar a escolarização universal no ensino primário. O número de crianças em idade de frequentar o ensino primário que não estavam na escola diminuiu de 103 milhões, em 1999, para 73 milhões, em 2006, apesar de um aumento global do número de crianças deste grupo etário. Este êxito evidencia que é possível obter resultados muito positivos com vontade política por parte dos governos e com apoio adequado por parte dos parceiros para o desenvolvimento.

No entanto, na África Subsariana, só recentemente a taxa de escolarização líquida atingiu 71%, apesar dum aumento significativo da escolarização a partir de 2000. Nesta região, aproximadamente 38 milhões de crianças em idade de frequentar o ensino primário continuam a não frequentar a escola. No Sul da Ásia, a taxa de escolarização aumentou para 90%, mas mais de 18 milhões de crianças em idade de frequentar o ensino primário não estão matriculadas.

A pobreza continua a ser factor determinante da não frequência da escola

Taxa líquida de frequência escolar no ensino primário nas regiões em desenvolvimento, por local de residência e riqueza do agregado familiar, 2000/2006 (percentagem)



Conseguir chegar às crianças mais pobres e socialmente mais marginalizadas, que normalmente têm menos acesso à formação escolar de base, é um grande desafio. Os dados de inquéritos realizados em 40 países mostram que, em 32 desses países, a frequência é mais elevada nas zonas urbanas do que nas zonas rurais. Mas ser pobre é o principal factor determinante. Os inquéritos realizados em países da África Subsariana revelam que as crianças das famílias mais pobres são as que menos probabilidade

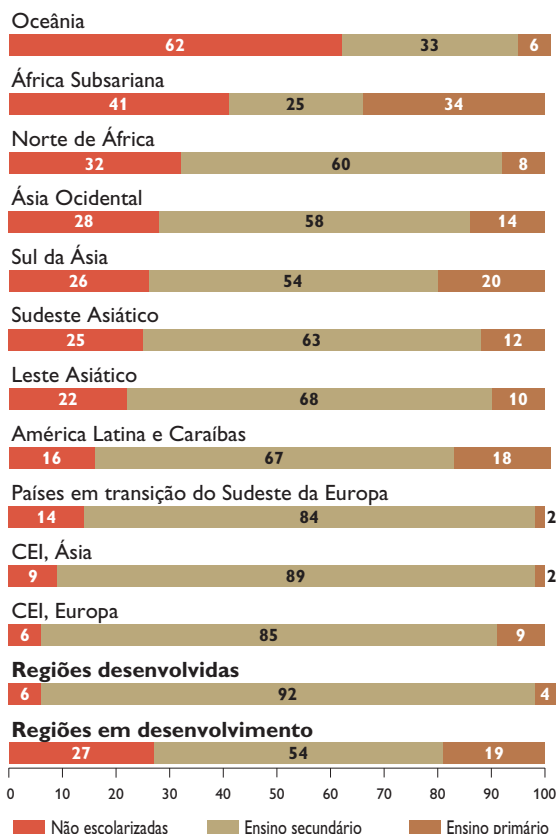
têm de frequentar a escola, independentemente de viverem em zonas rurais ou urbanas. Garantir que as crianças mais vulneráveis e mais marginalizadas sejam matriculadas e permaneçam na escola exige programas bem orientados e intervenções dirigidas aos agregados familiares mais pobres, com vista a eliminar as disparidades de género.

Entre muitas outras privações, as crianças refugiadas não têm frequentemente acesso a oportunidades educacionais

As crianças afectadas por conflitos ou situações de agitação política – as que mais necessitam de uma estrutura e de uma aparência de normalidade na sua vida – são as que mais probabilidade têm de ser privadas de uma educação adequada. Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, mais de 1,5 milhões de crianças refugiadas em idade escolar vivem nos países em desenvolvimento, a maioria em zonas urbanas ou campos de refugiados. Dados relativos a 114 campos de refugiados em 27 países mostram que a escolarização total no ensino primário apenas foi alcançada em 6 de cada 10 campos, e que pelo menos 1 em cada 5 crianças refugiadas não está integrada no sistema de ensino formal. Em 1 de cada 8 campos sem oportunidades adequadas de acesso ao ensino primário, só estão matriculadas menos de metade de todas as crianças em idade de frequentar o ensino primário. As raparigas correm um risco maior de abandonar a escola antes de concluírem o ensino primário, muitas vezes devido à falta de segurança ou qualidade do ambiente de aprendizagem, à pobreza ou a um casamento precoce. Nos campos onde as taxas de escolarização são de 70% ou mais, as disparidades entre a taxa de escolarização das raparigas e dos rapazes diminuiu ligeiramente: o número de raparigas matriculadas por 100 rapazes aumentou de 89 em 2005 para 91 em 2007.

A qualidade da educação é tão importante como a escolarização

Crianças em idade de frequentar o ensino secundário segundo o seu grau de instrução, 2006 (percentagem)



Para que as crianças realizem todo o seu potencial e para que os países se desenvolvam, os progressos registados ao nível do ensino primário universal têm de se repercutir no ensino secundário. Actualmente, nos países em desenvolvimento, 54% das crianças com idade apropriada encontram-se a frequentar o ensino secundário. Na Oceânia, quase dois terços das crianças em idade de frequentar o ensino secundário não estão na escola. Na África Subsariana, apenas um quarto dessas crianças se encontram a frequentar o ensino secundário.

Alcançar o ensino primário universal significa algo mais do que garantir a plena escolarização. Significa também uma educação de qualidade, ou seja, que todas as crianças que frequentam a escola regularmente aprendem a ler, a escrever e a contar e concluem o ensino primário na idade apropriada. Na África Subsariana, por exemplo, há muito mais crianças em idade de frequentar o ensino secundário a frequentar o ensino primário do que o ensino secundário. No entanto, registaram-se alguns progressos. A proporção de crianças dos países em desenvolvimento que concluíram o ensino primário aumentou de 79% em 1999 para 85% em 2006. Assegurar que todos os alunos do ensino primário concluem a sua formação na idade certa não beneficia apenas os alunos em si; ajuda também a reduzir o número de crianças mais velhas que se encontram integradas no sistema de ensino primário. Isto, por sua vez, liberta recursos para futuro alunos do ensino primário e facilita a consecução do objectivo.



Objectivo 3 Promover a igualdade de género e o empoderamento das mulheres

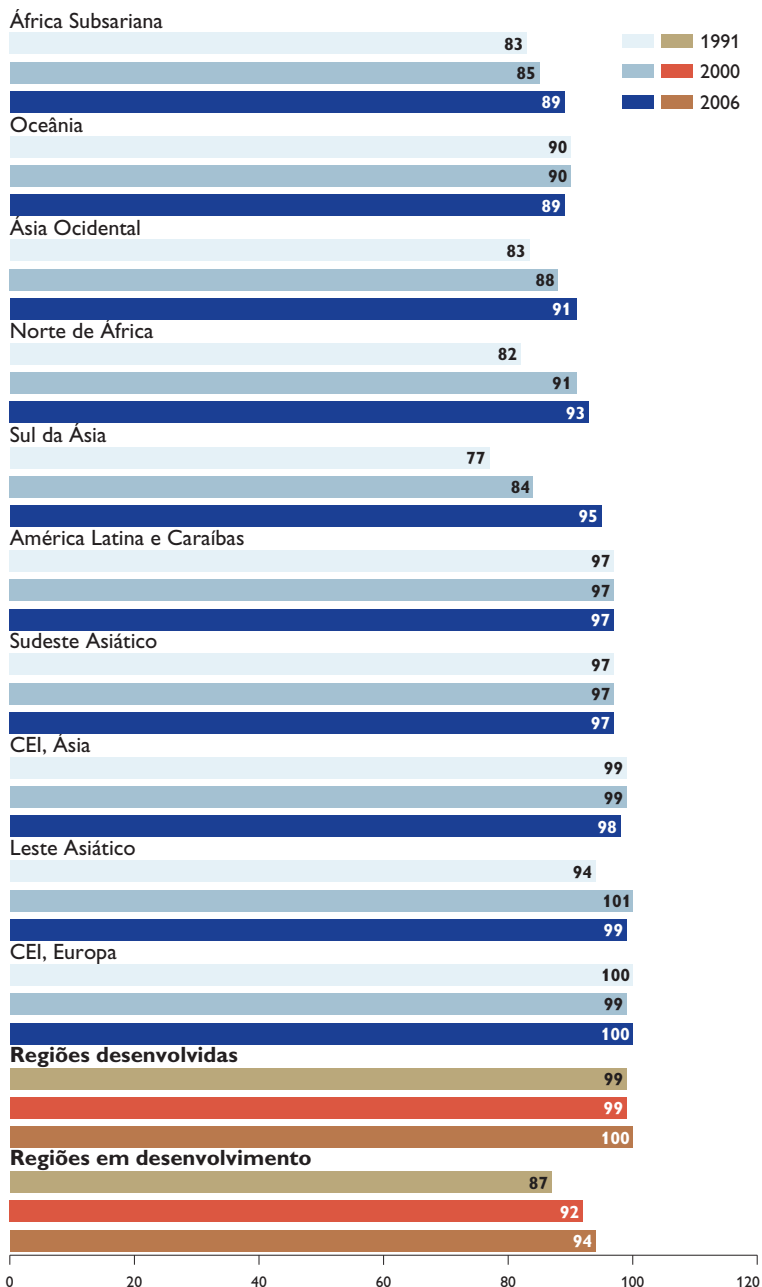


META

Eliminar as disparidades de género no ensino primário e secundário, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino, o mais tardar até 2015

As raparigas continuam a não ter igualdade de acesso ao ensino primário em algumas regiões

Escolarização das raparigas no ensino primário em comparação com a dos rapazes, 1990/1991, 1999/2000 e 2005/2006 (raparigas por 100 rapazes)



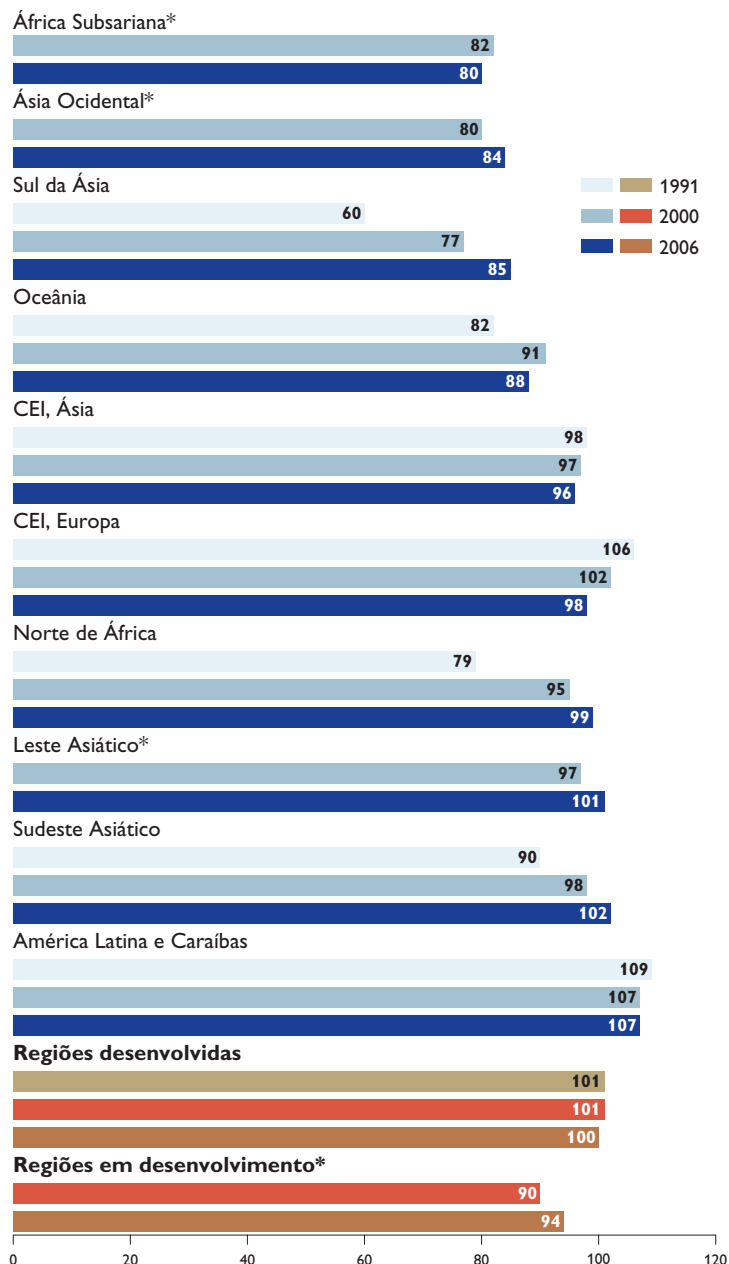
As portas das escolas abriram-se de par em par para deixar entrar as raparigas em quase todas as regiões, e muitos países estão a conseguir promover a educação das raparigas como parte de um esforço geral para incentivar a escolarização. Entre 2000 e 2006, a escolarização das raparigas no ensino primário aumentou mais do que a dos rapazes em todas as regiões em desenvolvimento. Dois países em cada três conseguiram, assim, alcançar a paridade de género no ensino primário. Apesar dos enormes avanços registados, as raparigas continuam a representar 55% da população que não está a frequentar a escola.

Graças ao seu êxito no que se refere a aumentar a taxa de escolarização total no ensino primário, o Sul da Ásia é a região que mais progressos registou em matéria de paridade de género desde 2000. A África Subsariana, a Ásia Ocidental e o Norte de África também obtiveram bons resultados na redução das disparidades de género. Por outro lado, na Oceânia houve um retrocesso, devido a uma ligeira deterioração da paridade de género na escolarização no ensino primário. A Oceânia, a África Subsariana e a Ásia Ocidental são as regiões onde as disparidades de género neste domínio são maiores.

Na África Ocidental e Central, onde as taxas de repetição elevadas e as taxas de retenção baixas são comuns, as raparigas, em especial, não se matriculam nem permanecem na escola. As secas, a escassez alimentar, os conflitos armados, a pobreza, a inexistência de registos de nascimento, o trabalho infantil, o VIH e a SIDA são factores que contribuem para a reduzida escolarização e para as elevadas taxas de abandono escolar, tanto dos rapazes como das raparigas, nestas sub-regiões, mas afectam especialmente as raparigas.

A paridade de género no ensino primário é um bom augúrio para a educação das raparigas

Escolarização das raparigas no ensino secundário em comparação com a dos rapazes, 1990/1991, 1999/2000 e 2005/2006 (raparigas por 100 rapazes)

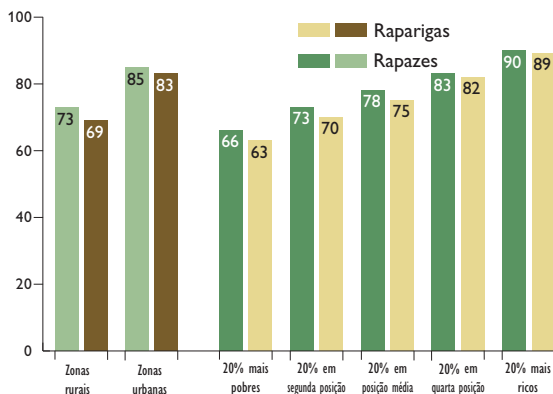


* Não existem dados relativos a 1991.

Nas regiões onde deixou de haver disparidades de género no ensino primário, as raparigas prosseguem, geralmente, os seus estudos no ensino secundário, ao passo que os rapazes, por vezes, ingressam no mercado de trabalho. A taxa de escolarização no ensino secundário das raparigas é superior à dos rapazes em três regiões. O mau aproveitamento escolar dos rapazes é motivo de especial preocupação na América Latina e Caraíbas. Pelo contrário, nas regiões onde a escolarização das raparigas no ensino primário é inferior à dos rapazes, as disparidades de género acentuam-se no ensino secundário e terciário.

São necessárias acções bem orientadas para ajudar as raparigas das zonas rurais pobres a permanecerem na escola

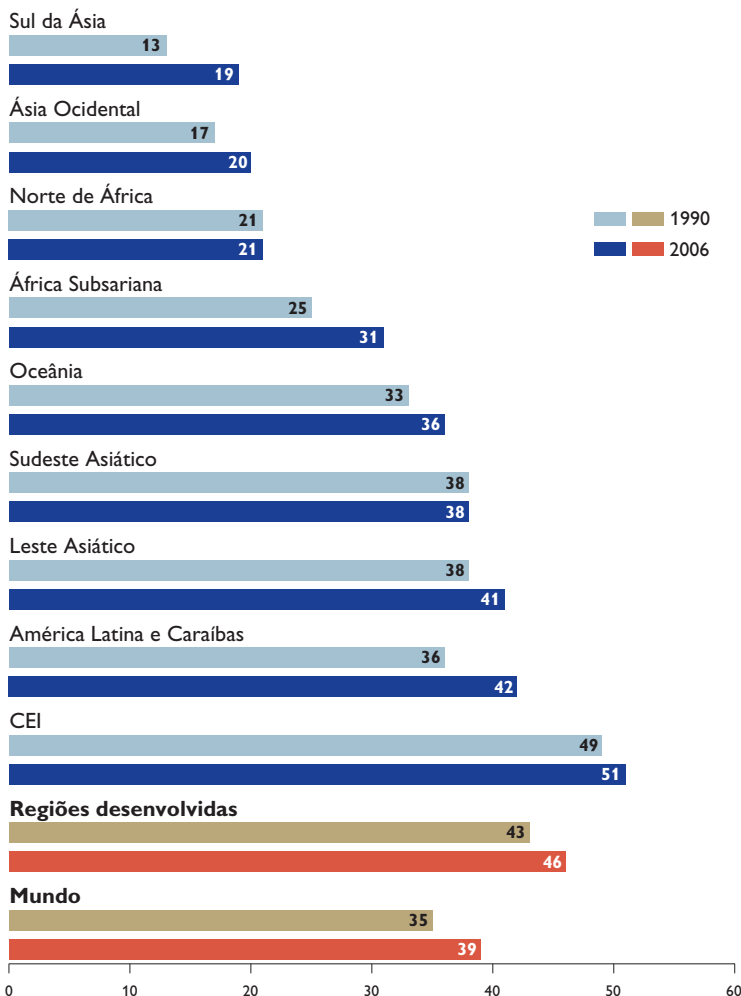
Rácio líquido de frequência escolar rapazes/raparigas no ensino primário, nas regiões em desenvolvimento, por local de residência e riqueza do agregado familiar, 2000/2006 (percentagem)



Nos países em desenvolvimento, a frequência escolar no ensino primário das raparigas e dos rapazes é quase igual no caso dos agregados familiares mais ricos das zonas urbanas. Contudo, as raparigas de zonas rurais e dos agregados mais pobres necessitam de intervenções especificamente dirigidas a elas para as incentivar a matricularem-se e permanecerem na escola. A criação de escolas-satélite nas zonas remotas, a eliminação de propinas, o fornecimento de refeições escolares, a construção de instalações sanitárias separadas, a garantia de um ambiente escolar seguro e a promoção do retardamento da idade de casar são factores que têm contribuído para aumentar a frequência escolar das raparigas.

As oportunidades de emprego aumentam, mas muitas vezes as mulheres não conseguem sair de situações de emprego precário e mal remunerado

Trabalhadores assalariados do sector não agrícola que são mulheres, 1990 e 2006 (percentagem)



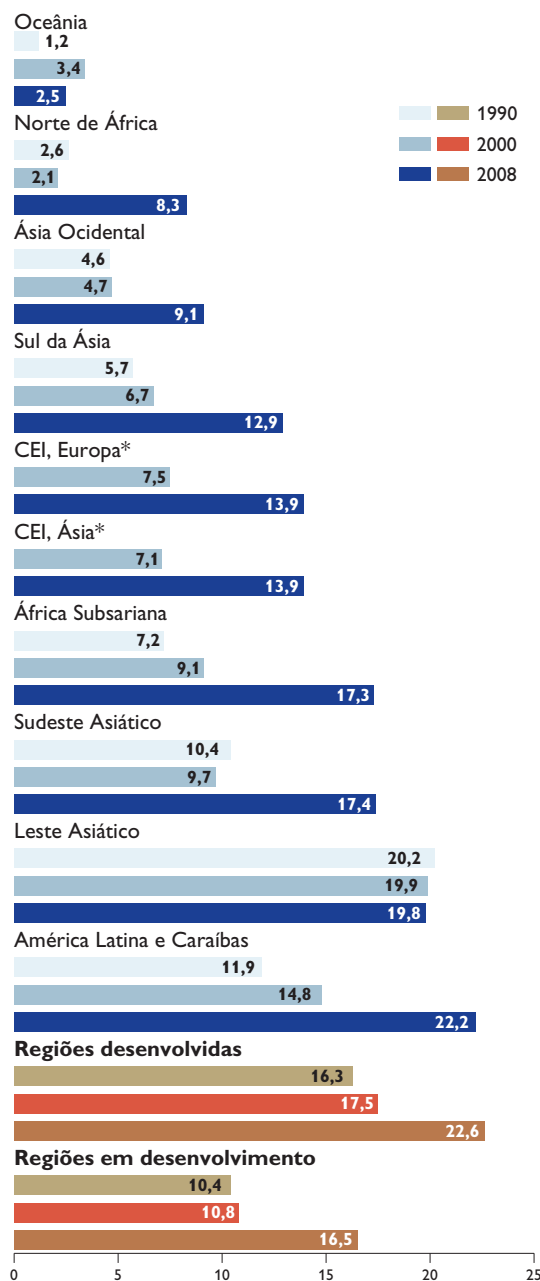
As mulheres têm mais acesso a fontes de rendimento do que tinham anteriormente. Em termos globais, as mulheres ocupam quase 40% de todos os empregos remunerados fora da agricultura, em comparação com 35%, em 1990. Mas quase dois terços das mulheres do mundo em desenvolvimento têm empregos precários, trabalhando por conta própria ou como trabalhadores familiares não remunerados. No Sul da Ásia e na África Subsariana, este tipo de trabalho representa mais de 80% de todo o emprego feminino.

As mulheres também estão desproporcionadamente representadas nos empregos a tempo parcial, sazonais e a curto prazo do sector informal, não tendo, portanto, acesso à segurança e aos benefícios do emprego. O tipo de ocupação exercida continua a estar associado ao sexo e as funções desempenhadas predominantemente por mulheres tendem a caracterizar-se por um estatuto inferior, ser pouco valorizadas, ter uma remuneração menor e oferecer piores condições de trabalho. Embora o número de mulheres com um nível de escolaridade mais elevado tenha aumentado e a proporção de mulheres em cargos de chefia esteja a aumentar, a maioria das mulheres continua a ter empregos subalternos e menos valorizados e enfrenta mais obstáculos ao tentar

aceder a cargos mais elevados. Por conseguinte, as mulheres têm mais dificuldade em converter as suas actividades em trabalho remunerado e em conseguir que o seu trabalho remunerado seja uma fonte de rendimento mais elevado e mais estável. Mesmo no sector público, onde usufruem de condições de igualdade no que se refere à segurança e benefícios do emprego, as mulheres têm mais probabilidade de trabalhar nas administrações locais do que no governo central. Numa tentativa de corrigir estas desigualdades, os parceiros para o desenvolvimento têm dedicado mais atenção às questões relacionadas com a igualdade de género e o empoderamento das mulheres. Em 2005-2006, por exemplo, um sexto da ajuda bilateral foi canalizada para vários sectores com o objectivo de melhorar a condição das mulheres.

As mulheres estão lentamente a ganhar terreno em matéria de tomada de decisões, mas os progressos registados são irregulares e apresentam diferenças regionais acentuadas

Proporção de lugares detidos por mulheres na única câmara ou na câmara baixa dos parlamentos nacionais, 1990, 2000 e 2008 (percentagem)



* Não existem dados relativos a 1990.

Em Janeiro de 2008, a proporção mundial de lugares detidos por mulheres nos parlamentos atingiu um nível sem precedentes de 18%. No entanto, esta proporção continua a oscilar e a média mundial esconde diferenças nacionais e regionais. As mulheres detêm pelo menos 40% dos lugares em cinco parlamentos: o Ruanda encontra-se em primeiro lugar com 48,8 %, seguido da Suécia (47%), Cuba (43,2%), Finlândia (41,5%) e Argentina (40%). As mulheres ocupam pelo menos 30% dos assentos parlamentares em 20 países, nenhum dos quais se situa na Ásia. Nenhuma mulher obteve um assento, quando das renovações parlamentares nos Estados Federados da Micronésia, em Nauru, no Omã e no Catar, e as mulheres representam menos de 10% do número total de deputados em um terço de todos os países.

Os parlamentos nórdicos continuam a suplantarem os dos restantes países, com uma representação feminina média de 41%. Na América Latina e Caraíbas, registou-se um aumento da representação feminina, e as mulheres detêm 22% dos lugares. O aumento da representação de mulheres nos parlamentos registado nos últimos anos na África Subsariana manteve-se, em grande medida, nas eleições de 2007. A Oceânia é a única região onde a participação de mulheres nos parlamentos estagnou.

Não é por acaso que se verifica esta disparidade na representação das mulheres nos parlamentos. A proporção de mulheres eleitas é maior nos sistemas eleitorais em que existe um sistema de quotas. As quotas são um mecanismo de apoio importante e podem ser aplicadas através de medidas apropriadas, tais como a promoção activa da candidatura de mulheres pelos partidos políticos e a realização de acções de formação sobre a realização de campanhas eleitorais e a angariação de fundos. Em alguns países, as mulheres que se candidatam a eleições são apoiadas por um movimento dinâmico da sociedade civil. Na base de todos estes esforços está sempre a vontade política, demonstrada pelos dirigentes, de promover o acesso das mulheres aos parlamentos.

Apesar da maior participação parlamentar, as mulheres estão, em grande medida, ausentes dos níveis de governação mais elevados. Em Janeiro de 2008, havia 7 mulheres entre os 150 Chefes de Estado eleitos e 8 entre os 192 Chefes de Governo dos Estados-Membros das Nações Unidas. Em termos globais, as mulheres apenas detêm 16% dos cargos ministeriais no mundo inteiro. Do total de países, 13 não têm mulheres em cargos ministeriais, embora as mulheres detenham 30% desses cargos em 22 países, situados, na sua maioria, na Europa e em África.

A representação das mulheres noutras áreas também é importante. As mulheres representam, em média, metade das pessoas que se encontram em campos de refugiados, mas a sua participação nos processos de decisão dos campos em que vivem continua a ser reduzida. Dados relativos a mais de 80 campos mostram que apenas se conseguiu a igualdade de participação em cerca de dois de cada cinco campos. Contudo, dados mais recentes, relativos a 2005 e 2007, revelam que a participação política das mulheres nos campos de refugiados está a aumentar.

Objectivo 4 Reduzir a mortalidade infantil

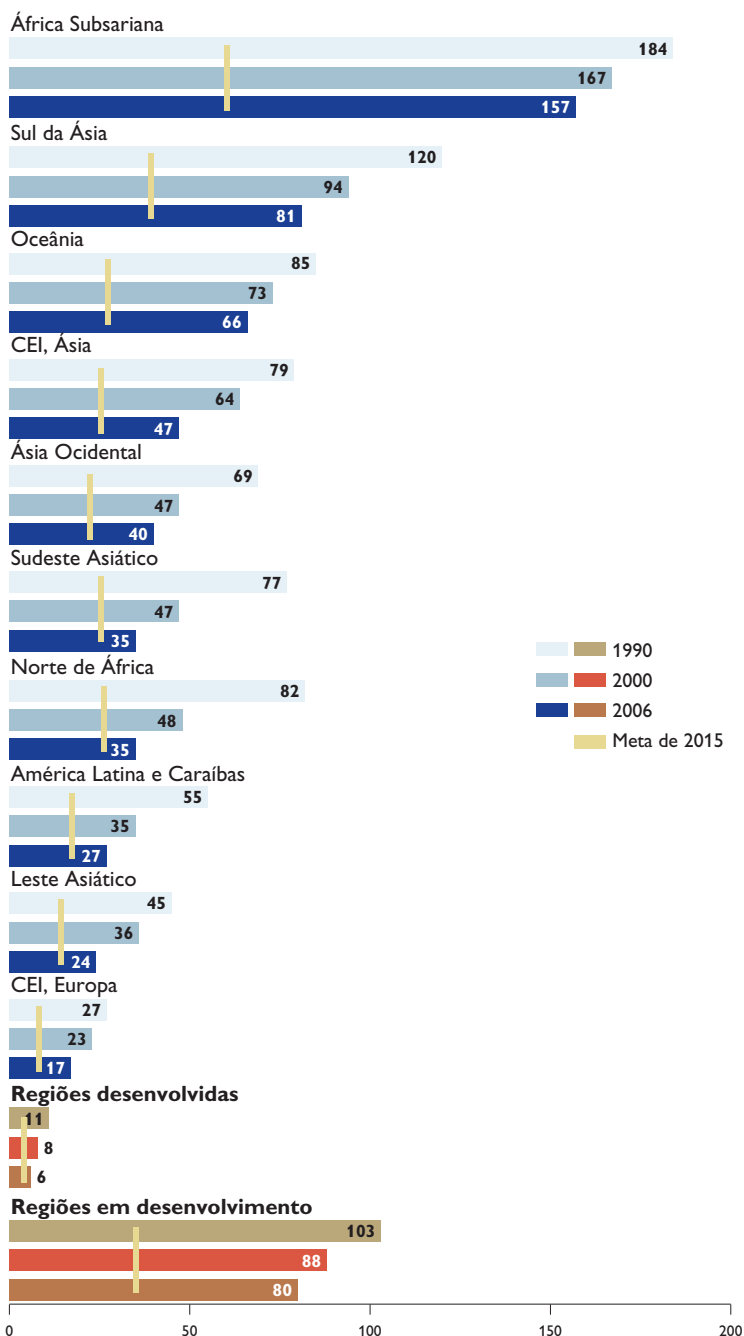


META

Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade de menores de cinco anos

Apesar dos progressos registados, o número de mortes de menores de 5 anos continua a ser inaceitavelmente elevado

Taxa de mortalidade de menores de 5 anos por 1000 nados-vivos, 1990, 2000 e 2006



Em 2006, pela primeira vez desde que se começaram a recolher dados sobre a mortalidade infantil, o número de mortes de menores de 5 anos baixou para menos de 10 milhões. Mas é inaceitável que todos os anos continuem a morrer milhões de crianças devido a causas evitáveis. Uma criança que nasce num país em desenvolvimento tem 13 vezes mais probabilidade de morrer durante os primeiros cinco anos de vida do que uma criança que nasce num país industrializado. Aproximadamente metade das mortes de menores de 5 anos no mundo em desenvolvimento dão-se na África Subariana.

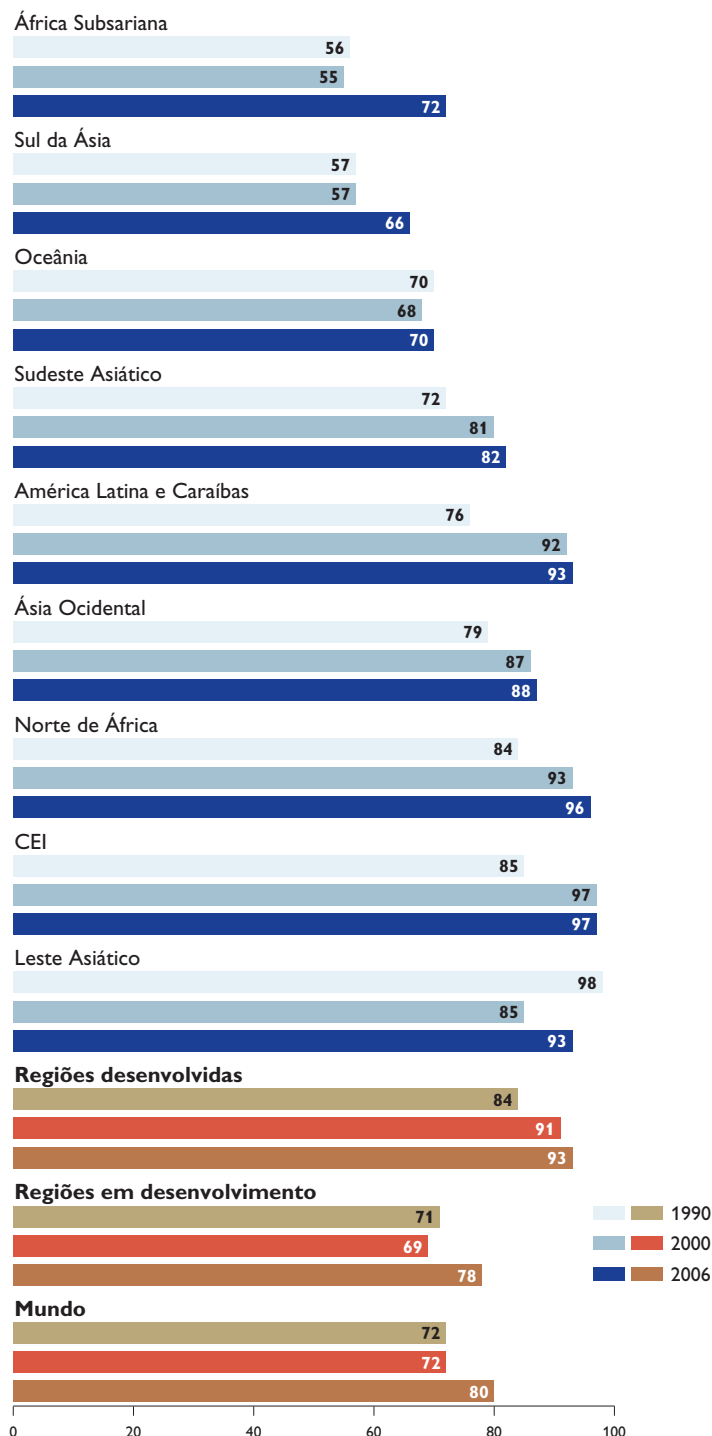
Entre 1990 e 2006, houve cerca de 27 países – situados na sua maioria na África Subariana – que não fizeram quaisquer progressos em matéria de redução da mortalidade infantil. No Leste Asiático e na América Latina e Caraíbas, as taxas de mortalidade infantil são aproximadamente quatro vezes superiores às das regiões desenvolvidas. Subsistem disparidades em todas as regiões: as taxas de mortalidade são superiores entre as crianças das zonas rurais e de famílias pobres, cujas mães carecem de formação escolar de base.

As principais causas de mortalidade infantil – pneumonia, diarreia, malária e sarampo – são doenças que é fácil prevenir mediante simples melhorias nos serviços básicos de saúde e intervenções de êxito comprovado, tais como a terapia de reidratação oral, as redes mosquiteiras tratadas com insecticida e a vacinação. A pneumonia mata mais crianças do que qualquer outra doença e, todavia, nos países em desenvolvimento, continua a ser muito reduzida a proporção de menores de cinco anos que se suspeita estarem a sofrer de pneumonia e são examinadas por um profissional de saúde qualificado.

Trinta e sete por cento das mortes de menores de 5 anos dão-se no primeiro mês de vida e a melhoria dos cuidados de saúde neonatal e materna permitiria salvar inúmeros recém-nascidos. A subalimentação é considerada uma das causas subjacentes de mais de um terço das mortes de menores de 5 anos.

A vacinação reduziu substancialmente o número de mortes causadas pelo sarampo

Proporção de crianças entre os 12 e os 23 meses de idade que receberam pelo menos uma dose da vacina contra o sarampo, 1990, 2000 e 2006 (percentagem)



O sarampo, uma causa importante de mortalidade infantil, pode ser eficazmente prevenido com uma vacina relativamente barata e o reforço posterior, que protegem a criança para toda a vida. A conjugação de campanhas mais alargadas de vacinação de rotina e uma maior cobertura da segunda dose da vacina permitiu reduzir o número mundial de mortes causadas pelo sarampo em mais de dois terços desde 1990, um resultado superior à meta inicial de reduzir para metade o número dessas mortes até 2005. O número de mortes causadas pelo sarampo no mundo inteiro – na sua maioria de menores de 5 anos – diminuiu 68%, baixando de 757 000, em 2000, para 242 000, em 2006. Na África Subariana, as mortes causadas pelo sarampo diminuíram mais de 91%.

Uma campanha de vacinação de apenas uma dose não é suficiente para proteger uma comunidade contra o sarampo. Por conseguinte, são necessários programas complementares (administração sistemática nos países onde a cobertura pela primeira dose é elevada) ou campanhas periódicas (de três em três ou de quatro em quatro anos, nos países com uma baixa cobertura vacinal pela primeira dose) para garantir a imunidade universal. Em 1990, nos 47 países responsáveis por 95% das mortes causadas pelo sarampo a cobertura pela primeira dose da vacina era baixa e não havia cobertura pela segunda dose. Em 2007, foi implementado um protocolo relativo à segunda dose em 44 dos 47 países de alto risco, através de campanhas nacionais. Desde 1990, foi administrado o reforço da vacina a mais de 600 milhões de crianças, dando-lhes uma “segunda oportunidade”.

Em 2006, cerca de 80% das crianças do mundo estavam a ser sistematicamente vacinadas contra o sarampo. Embora este aumento da cobertura seja notável, são necessários esforços suplementares para garantir que todas as crianças sejam imunizadas e para se alcançar a meta de reduzir a mortalidade causada pelo sarampo em 90% até 2010.





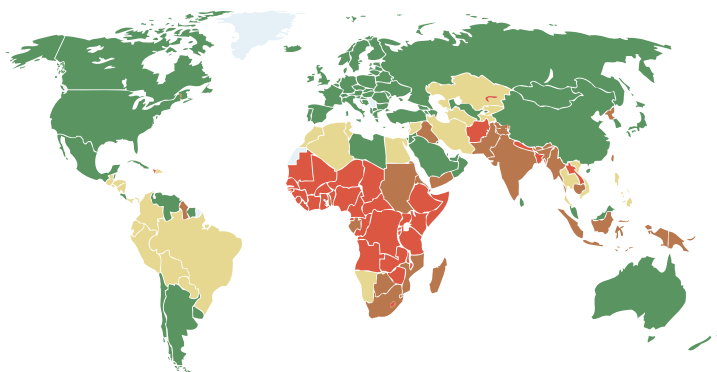
Objectivo 5 Melhorar a saúde materna

META

Reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna

O risco de morrer durante a gravidez ou o parto continua a ser elevado na África Subariana e no Sul da Ásia

Número de mortes maternas por 100 000 nados-vivos, 1990 e 2005



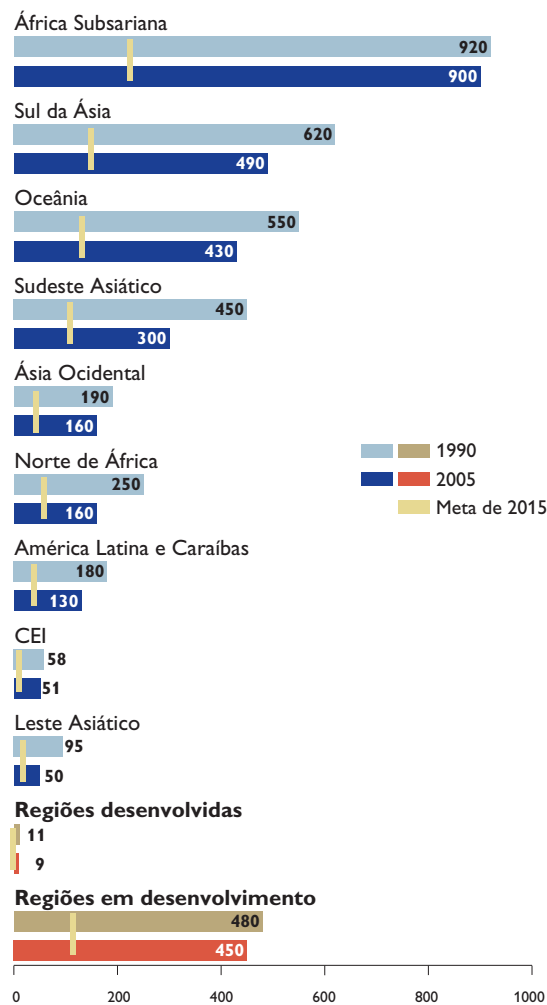
■ TMM baixa (menos de 100)
 ■ TMM moderada (100-299)
 ■ TMM elevada (300-549)
■ TMM muito elevada (550 ou mais)
 ■ Não existem dados disponíveis

A mortalidade materna continua a ser inaceitavelmente elevada em grande parte do mundo em desenvolvimento. Em 2005, mais de 500 000 mulheres morreram durante a gravidez, o parto ou as seis semanas a seguir ao parto. Noventa e nove por cento destas mortes registaram-se nas regiões em desenvolvimento – 86% na África Subariana e no Sul da Ásia. Na África Subariana, o risco de uma mulher morrer em consequência de complicações tratáveis ou evitáveis decorrentes da gravidez ou do parto é de 1 em 22 casos, em comparação com 1 em 7300 nas regiões desenvolvidas.



Poucos progressos em termos de salvar a vida das mães

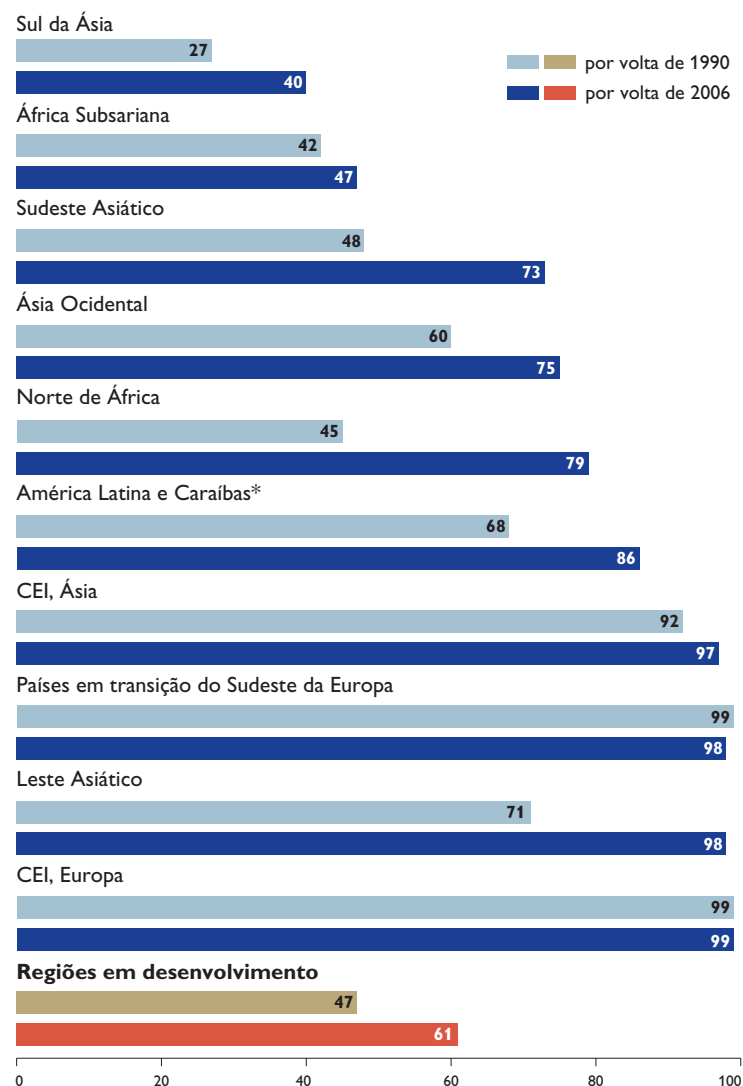
Mortes maternas por 100 000 nados-vivos, 1990 e 2005



A nível mundial, a mortalidade materna diminuiu menos de 1% por ano, entre 1990 e 2005 – uma percentagem muito inferior aos 5,5% por ano que são necessários para atingir a meta. As regiões do Norte de África, América Latina e Caraíbas e Sudeste Asiático conseguiram reduzir as taxas de mortalidade materna em um terço, durante aquele período, embora os progressos registados nessas regiões tenham sido insuficientes para atingir a meta. Na África Subsariana, a região onde a mortalidade materna é mais elevada, registaram-se progressos insignificantes. Para alcançar a meta fixada, são necessárias, em todas as regiões, melhorias em todas as dimensões dos cuidados de saúde reprodutiva, nomeadamente na área dos cuidados obstétricos.

A presença de profissionais de saúde qualificados durante o parto é fundamental para melhorar os resultados

Proporção de partos assistidos por pessoal de saúde qualificado, em 1990 e 2006 aproximadamente (percentagem)

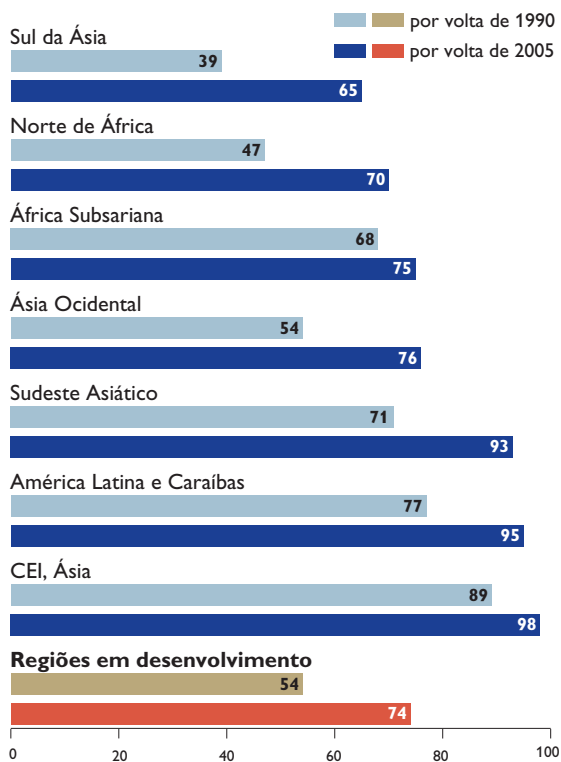


* Inclui apenas os partos em estabelecimentos de saúde.

A presença de um técnico de saúde (médico, enfermeira ou parteira) durante o parto é fundamental para reduzir o número de mortes maternas. Em 2006, quase 61% dos partos ocorridos no mundo em desenvolvimento foram assistidos por pessoal de saúde qualificado, um aumento em relação à percentagem de menos de 50% registada em 1990. No entanto, a cobertura continua a ser baixa no Sul da Ásia (40%) e na África Subsariana (47%) – as duas regiões onde o número de mortes maternas é maior. A assistência por pessoal de saúde devidamente formado, com equipamento adequado e possibilidade de encaminhamento para outros estabelecimentos, em caso de complicações, tem de se tornar a norma durante o parto, caso se pretenda obter uma redução significativa da mortalidade materna.

Os cuidados pré-natais estão a aumentar em todas as regiões

Proporção de mulheres (dos 15 aos 49 anos de idade) atendidas pelo menos uma vez durante a gravidez por pessoal de saúde qualificado, em 1990 e 2005 aproximadamente (percentagem)



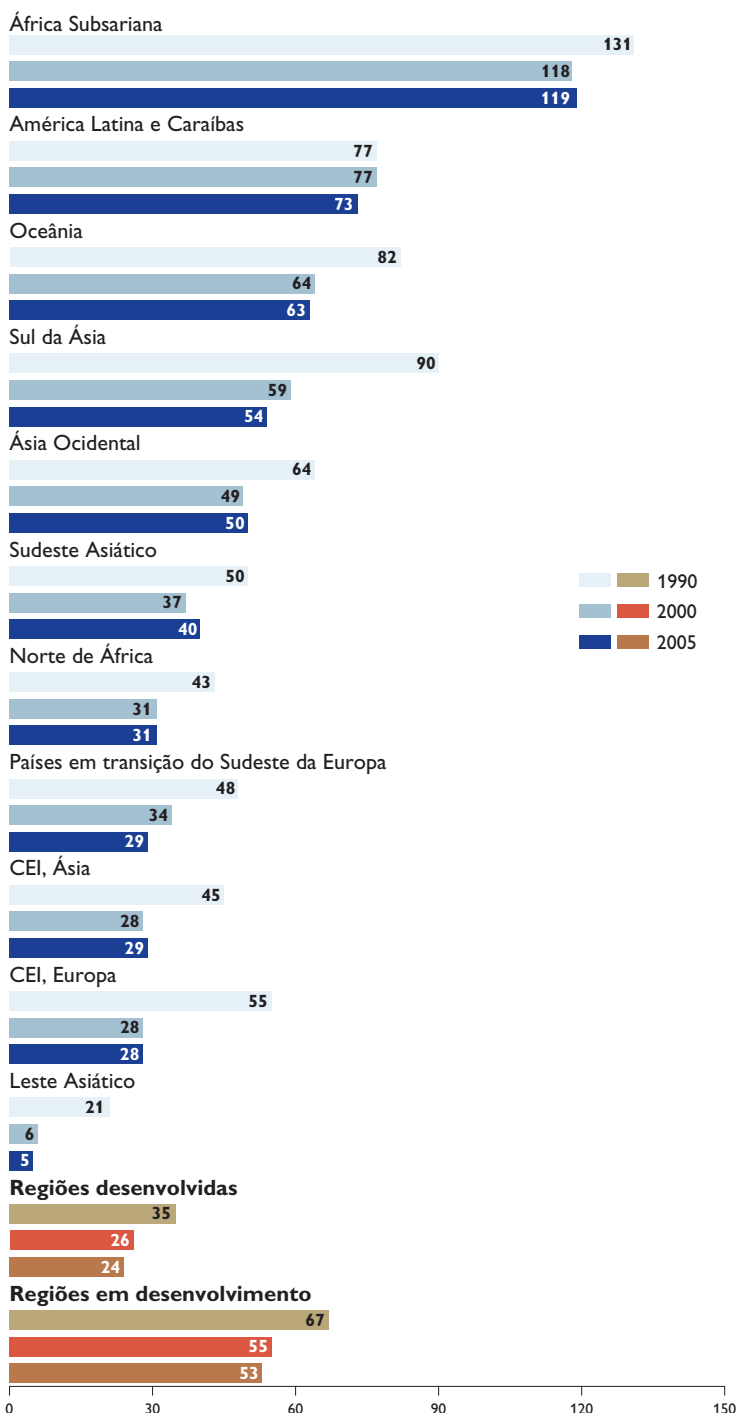
Os cuidados pré-natais constituem uma rede de segurança essencial para garantir a saúde durante a gravidez e o parto, permitindo acompanhar o bem-estar da futura mãe e do seu filho. A proporção de mulheres do mundo em desenvolvimento que foram examinadas pelo menos uma vez aumentou de ligeiramente mais de metade, no princípio da década de 1990, para quase três quartos, uma década mais tarde. Embora isto represente uma melhoria, a Organização Mundial de Saúde e a UNICEF recomendam um mínimo de quatro consultas pré-natais. Em África, apenas 42% das mulheres satisfazem a norma da UNICEF-OMS.

META

Alcançar, até 2015, o acesso universal à saúde reprodutiva

A fecundidade entre as adolescentes diminuiu lentamente

Partos de mulheres com idades compreendidas entre 15 e 19 anos, 1990, 2000 e 2005 (número de partos por 1 000 mulheres)

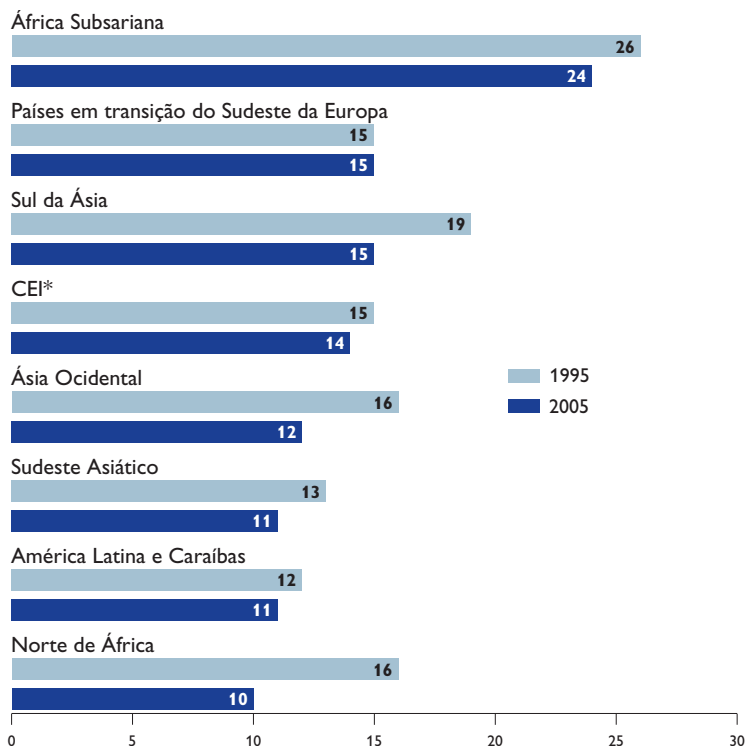


As gravidezes de adolescentes contribuem para o ciclo das mortes maternas e da mortalidade infantil. A maternidade precoce não só aumenta o risco de morte durante o parto como põe em risco o bem-estar das mães que sobrevivem e dos seus filhos. As mães jovens são muitas vezes privadas de educação e de outras oportunidades socioeconómicas. Os filhos de mães adolescentes correm um risco maior de morrer durante a infância e de ser privados dos benefícios decorrentes de ter uma mãe instruída. Reduzir a fecundidade entre as adolescentes contribui directa e indirectamente para a consecução dos objectivos de saúde materna e de outros objectivos.

Em quase todas as regiões em desenvolvimento, a fecundidade entre as adolescentes diminuiu entre 1990 e 2000, tendo posteriormente estagnado ou aumentado ligeiramente, entre 2000 e 2005. A fecundidade entre adolescentes é especialmente elevada na África Subsariana, onde a fecundidade continua a ser elevada entre todas as mulheres em idade de procriar. A fecundidade total diminuiu substancialmente durante as duas últimas décadas em muitos países da América Latina e Caraíbas e do Sudeste Asiático, embora a fecundidade entre adolescentes tenha diminuído pouco e continue a representar 60 nascimentos por 1000 mulheres nestas duas regiões. A maior disponibilidade de serviços de planeamento familiar tem sido um factor importante, contribuindo para a redução das taxas de fecundidade total nestas regiões, mas a procura de meios de contracepção por adolescentes casadas não é satisfeita com a mesma prontidão do que no caso de mulheres casadas mais velhas. Isto significa que tem sido difícil reduzir a fecundidade entre as adolescentes, expondo as mães jovens a um maior risco de mortalidade materna.

As necessidades não satisfeitas em termos de planeamento familiar comprometem a consecução de várias outras metas

Proporção de mulheres casadas com idades compreendidas entre os 15 e os 49 anos cujas necessidades em termos de planeamento familiar não foram satisfeitas, 1995 e 2005 (percentagem)



* Os dados mais recentes disponíveis referem-se a um ano próximo de 2000.

Nota: Não existem dados relativos ao Leste Asiático.

As necessidades não satisfeitas em matéria de planeamento familiar – ou seja, a diferença entre os desejos, expressos pelas mulheres, de adiar ou evitar uma nova gravidez e a utilização efectiva da contracepção – diminuiu em quase todos os países que apresentam tendências visíveis. Contudo, na África Subsariana, no caso de uma em cada quatro mulheres casadas, as necessidades de planeamento familiar não são satisfeitas e, em média, o aumento da utilização de meios contraceptivos mal tem acompanhado o desejo crescente das mulheres de adiar uma gravidez ou de limitar o número de filhos. Isto significa que a taxa de fecundidade se mantém elevada nesta região, o que dificulta a consecução de objectivos conexos, tais como a redução da mortalidade infantil, da fome e da subalimentação, e o aumento da escolarização no ensino primário.

Em todas as regiões, é entre as famílias mais pobres que esta necessidade não satisfeita é maior. A América Latina e Caraíbas é a região onde essa necessidade é mais acentuada: 27% das famílias mais pobres em comparação com 12% das famílias mais ricas. Na África Subsariana, a necessidade não satisfeita é elevada – mais de 20% – mesmo entre as famílias mais ricas.

A necessidade não satisfeita em matéria de planeamento familiar é especialmente elevada entre as mulheres jovens, muitas das quais desejam adiar a gravidez. O reduzido espaçamento entre os partos põe em risco a sua vida e a sua saúde.

O facto de uma mulher não poder utilizar meios contraceptivos depois de já ter o número de filhos que deseja resulta em gravidezes e nascimentos indesejados. Isto aumenta o risco de morte materna e torna mais difícil para as famílias fazerem face às despesas de escolarização e cuidados de saúde de todos os seus filhos.

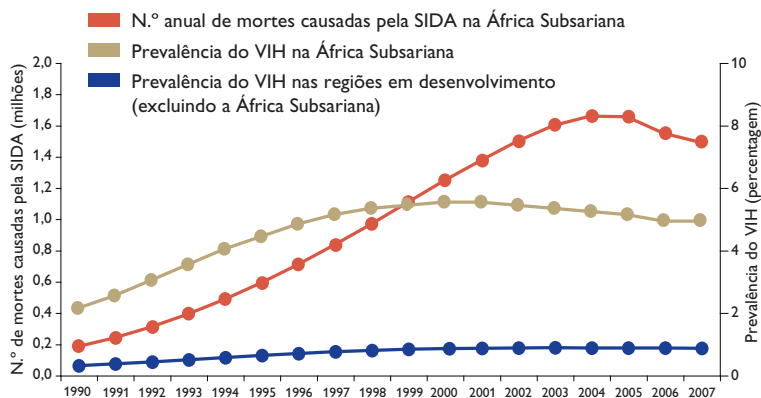
Objectivo 6 Combater o VIH/SIDA, malária e outras doenças

META

Até 2015, deter e começar a reduzir a propagação do VIH/SIDA

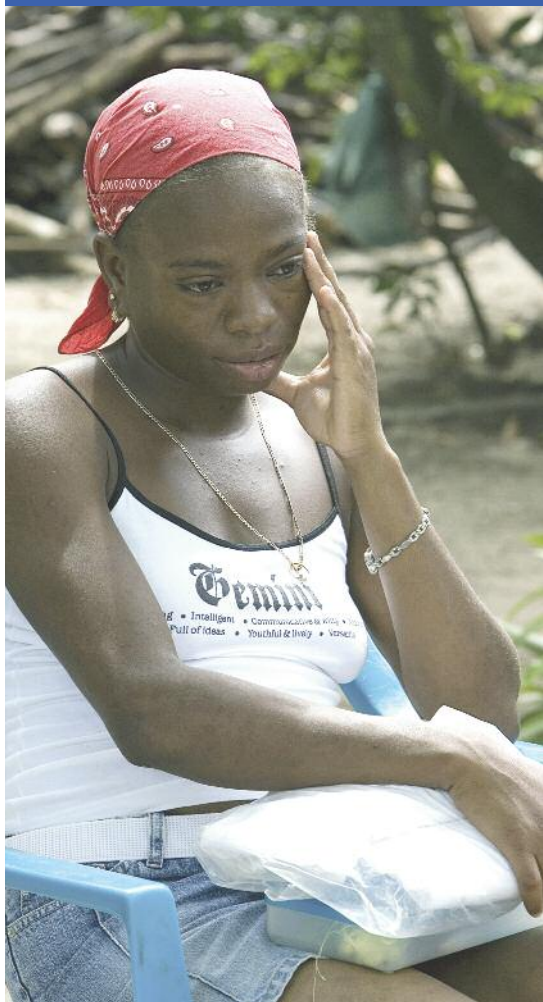
Apesar de pequenas vitórias,
a SIDA continua a causar inúmeras vítimas,
especialmente na África Subariana

Prevalência do VIH em adultos com idades entre 15 e 49 anos nas regiões em desenvolvimento e na África Subariana (percentagem) e número de mortes causadas pela SIDA na África Subariana (milhões), 1990-2007



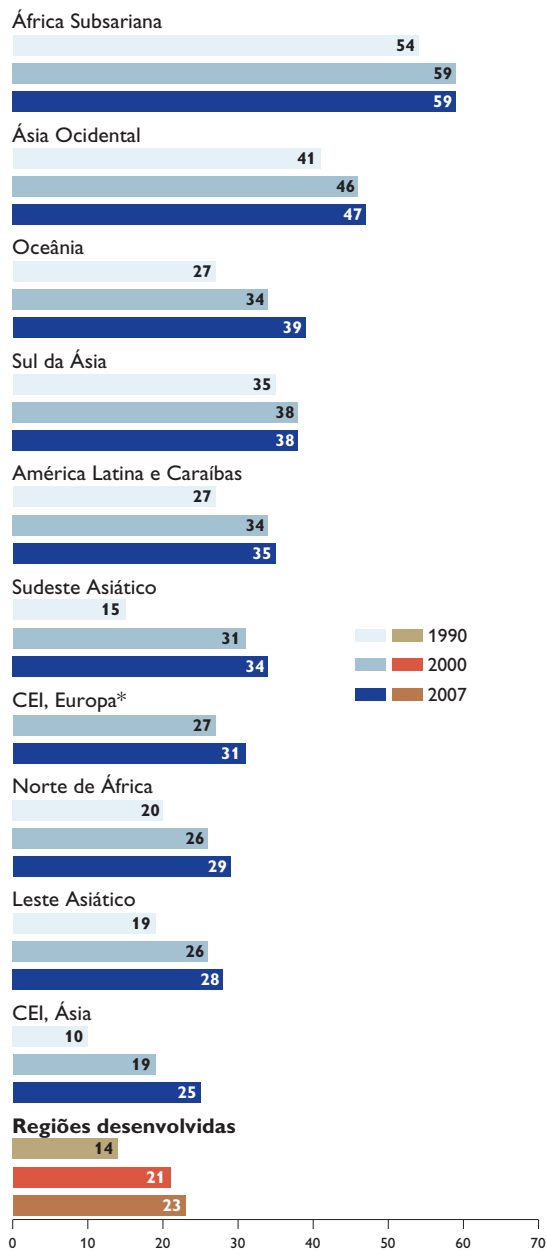
Todos os dias, quase 7500 milhões de pessoas são infectadas pelo VIH e 5 500 morrem em consequência da SIDA, na maioria dos casos devido à falta de serviços de prevenção e tratamento do VIH. Apesar destes números assustadores, alguns progressos animadores deram origem a pequenas vitórias na luta contra a SIDA.

Graças a melhorias nos programas de prevenção, o número de novas infecções pelo VIH diminuíram de 3 milhões em 2001 para 2,7 milhões em 2007. Por outro lado, a expansão dos serviços de tratamento com anti-retrovirais fez baixar o número de mortes causadas pela SIDA de 2,2 milhões, em 2005, para 2,0 milhões, em 2007. No entanto, devido, em grande medida, ao facto de as pessoas recém-infectadas sobreviverem mais tempo, o número de pessoas que vivem com o VIH aumentou de aproximadamente 29,5 milhões, em 2001, para 33 milhões, em 2007. A grande maioria das pessoas que vivem com o VIH encontra-se na África Subariana.



Em quase todas as regiões, as mulheres representam uma proporção crescente de pessoas que vivem com o VIH

Proporção de adultos com 15 anos de idade ou mais que vivem com o VIH que são mulheres, 1990, 2000 e 2007 (percentagem)



Calcula-se que havia 15,5 milhões de mulheres e 15,3 milhões de homens com 15 anos de idade ou mais a viver com o VIH no mundo inteiro, em 2007, em comparação com 14,1 milhões e 13,8 milhões, respectivamente, em 2001. Na África Subsariana, quase 60% dos adultos a viver com o VIH em 2007 eram mulheres.

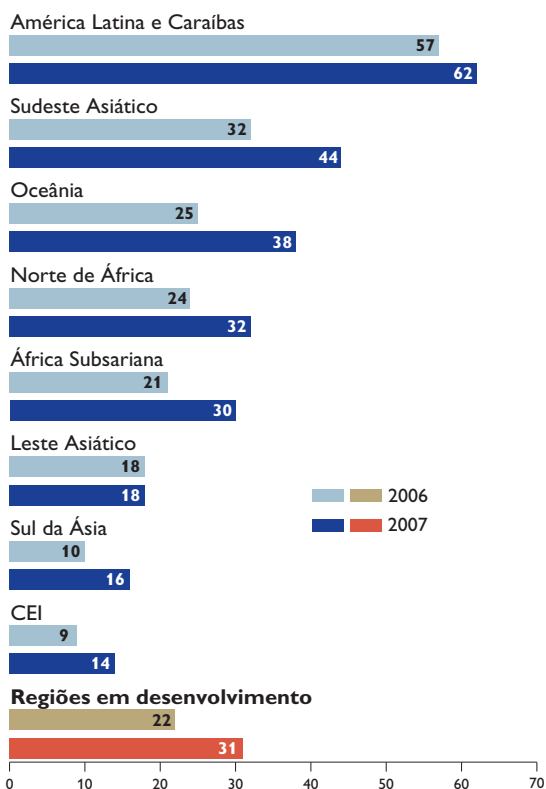
Os programas de prevenção estão a produzir resultados

As amostras de dados e inquéritos nacionais sugerem que a prevenção do VIH tem resultado, sobretudo como meio de reduzir comportamentos sexuais de risco. Considera-se que a prevalência do VIH entre mulheres grávidas com idades entre 15 e 24 anos reflecte com exactidão a evolução da epidemia, porque a infecção dessas mulheres é provavelmente recente e, por outro lado, porque a mortalidade e o tratamento com anti-retrovirais influenciam menos os dados. Desde 2000-2001, a prevalência do VIH entre mulheres jovens que recorrem a clínicas de cuidados pré-natais diminuiu em 14 dos 17 países mais afectados.

Em 19 dos 35 países onde a prevalência é elevada, a proporção de mulheres da faixa etária dos 15 aos 19 anos que se tornaram sexualmente activas antes de completarem 15 anos diminuiu, entre 1990 e 2007, em sete países e aumentou em dois. Durante o mesmo período, a proporção de mulheres e homens com idades entre os 15 e os 24 anos que tiveram mais de um parceiro nos 12 meses precedentes diminuiu em 10 países, permaneceu inalterada em um, aumentou entre as mulheres em dois países e entre os homens em um país. Por último, a taxa de utilização de preservativo entre os homens dos 15 aos 24 anos de idade que tiveram mais de um parceiro nos 12 meses anteriores aumentou em 12 países e entre as mulheres jovens em oito países.

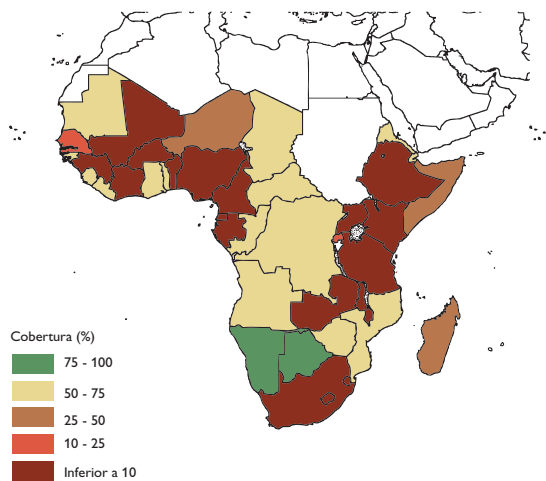
Os medicamentos anti-retrovirais prolongam a vida dos doentes, mas a procura de tratamento continua a ser superior à oferta

Proporção da população que vive com o VIH que necessita de tratamento e que está a receber terapia anti-retroviral, 2006 e 2007 (percentagem)



O número de pessoas que vivem com o VIH e receberam terapia anti-retroviral aumentou aproximadamente 950 000, em 2007. Mas, com 2,7 milhões de novas infecções só nesse ano, a necessidade de tratamento é muito superior à quantidade disponível de medicamentos anti-retrovirais. No final de 2007, nos países em desenvolvimento, apenas tinham acesso a medicamentos 3 milhões de pessoas, de entre o total de 9,7 milhões que necessitam de tratamento contra a SIDA. No Leste Asiático, Sul da Ásia e Comunidade de Estados Independentes, a proporção de doentes que estava a receber tratamento era muito inferior à da África Subsaariana. Mesmo assim, dada a dimensão da crise da SIDA, cerca de 5 milhões de pessoas da África Subsaariana não tiveram acesso a terapia anti-retroviral. Apesar das disponibilidades limitadas, julga-se que a utilização de medicamentos anti-retrovirais nos países em desenvolvimento permitiu ganhar aproximadamente 3,2 milhões de anos de vida desde 2002, 2 milhões dos quais na África Subsaariana.

Proporção da população que vive com o VIH que necessita de tratamento e está a receber terapia anti-retroviral, África, 2007 (percentagem)



Os planos para ajudar as crianças que ficaram órfãs devido à SIDA estão a aumentar, mas os apoios concretos fazem-se esperar

Inicialmente, os governos e a comunidade internacional não responderam de forma adequada às graves dificuldades das crianças afectadas pela SIDA, mas a situação está a mudar. Vários países estão a fazer progressos, assegurando aos órfãos e às crianças vulneráveis um pacote mínimo de serviços, incluindo educação, cuidados de saúde, segurança social e protecção. No final de 2007, 24 países – 21 dos quais da África Subsaariana – já tinham planos de acção nacionais destinados especificamente às crianças que ficaram órfãs devido à SIDA e a outras crianças vulneráveis. Outros 10 países, 9 dos quais na África Subsaariana, estavam a preparar planos de acção.

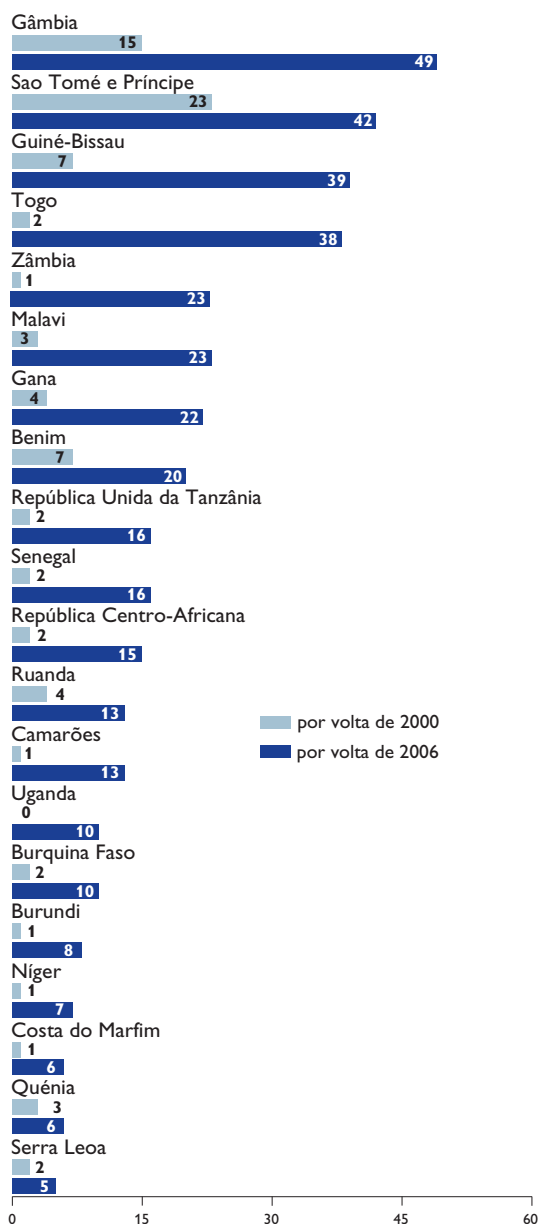
Muitos países também estão a integrar políticas relativas às crianças afectadas pela SIDA nos seus planos de desenvolvimento nacionais, em planos de acção globais a favor das crianças e nos planos ministeriais, nomeadamente nos sectores da educação e da saúde. Nos 19 países sobre os quais existem dados, a proporção de agregados familiares com órfãos e crianças vulneráveis que estavam a receber apoio externo ia desde 1%, na Serra Leoa, a 41%, na Suazilândia, sendo a média de 9%. A cobertura continua a ser baixa, mesmo nos países com uma elevada prevalência de VIH.

META

Até 2015, deter e começar a reduzir a incidência da malária e de outras doenças graves

Apesar de enormes progressos, a utilização de redes mosquiteiras tratadas com insecticida está aquém das metas mundiais

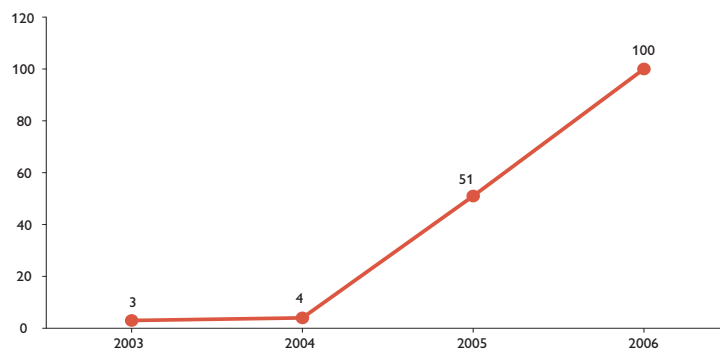
Proporção de crianças que dormiam com redes mosquiteiras tratadas com insecticidas em países seleccionados, por volta de 2000 e em 2006 (percentagem)



O número de redes mosquiteiras tratadas com insecticida produzidas no mundo inteiro aumentou de 30 milhões, em 2004, para 95 milhões, em 2007. Aliado ao aumento de recursos, este facto conduziu a um rápido aumento do número de redes adquiridas e distribuídas nos países. Por exemplo, a UNICEF aumentou as suas aquisições de 7 milhões de redes, em 2004, para quase 20 milhões em 2007, e o Fundo Mundial de Luta contra a SIDA, Tuberculose e Malária aumentou a sua distribuição de 1,35 milhões em 2004 para 18 milhões em 2006. Assim, todos os países da África Subsaariana sobre os quais existem dados relativos às tendências registadas revelaram aumentos da utilização de redes tratadas com insecticida entre os menores de 5 anos; 16 destes 20 países pelo menos triplicaram a sua cobertura, desde aproximadamente 2000. Apesar destes progressos, a utilização global de redes tratadas está aquém das metas mundiais.

As novas estratégias de tratamento da malária são eficazes mas a sua aplicação tem sido insuficiente

Número de doses de terapias combinada à base de artemisina adquiridas a nível mundial, 2003-2006 (milhões)



O tratamento da malária não tem registado tantos progressos como a sua prevenção. Embora o tratamento de crianças febris seja relativamente elevado em toda a África Subsaariana, são poucos os países que conseguiram expandir a sua cobertura desde 2000, e a maioria dos doentes recebe frequentemente medicamentos menos eficazes. Num subconjunto de 22 países da África Subsaariana, que abrangem quase metade da população da região e cujos dados permitiram uma avaliação dos progressos realizados ao longo do tempo, a proporção de crianças com febre às quais foram administrados medicamentos para o tratamento da malária diminuiu de 41%, em 2000, para 34%, em 2005. Além disso, o tratamento com a terapia combinada à base de artemisina (ACT), que é mais eficaz mas mais caro, representou 6% ou menos, entre 2004 ou 2006, num subconjunto de 14 países (à excepção da Zâmbia, onde a cobertura da ACT aumentou 13%). O financiamento e aquisição de ACT registaram um aumento acentuado desde 2005, e quase todos os países da África Subsaariana modificaram rapidamente as suas políticas nacionais em matéria de medicamentos, de modo a promover esta terapia.

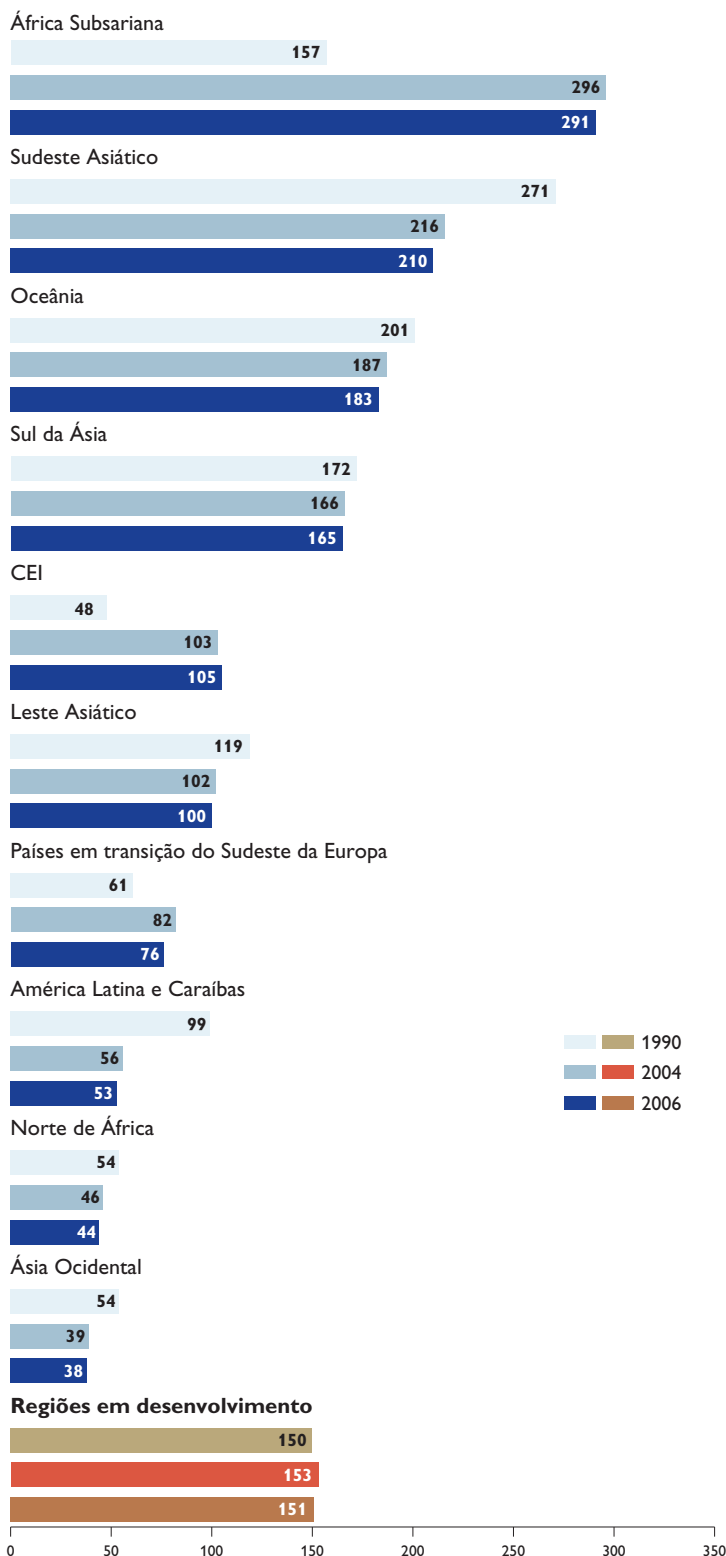
A informação disponível sugere que a expansão em grande escala de programas de prevenção e o melhor acesso a medicamentos mais eficazes para o tratamento da malária podem reduzir substancialmente o número de casos e de mortes causados pela doença. No Vietname, o número de casos de malária diminuiu drasticamente após a introdução de medidas de controlo se ter tornado uma prioridade nacional em 1991: aumento da distribuição de redes tratadas com insecticida, pulverização das casas e utilização de medicamentos para o tratamento da malária. Na Eritreia, entre 2000 e 2006,

foi distribuído mais de um milhão de redes e, em 2004, cerca de 80% das famílias que viviam em zonas onde o risco de malária é elevado possuíam uma rede. Graças a esta medida, o número de casos e de mortes causadas pela malária declarados diminuiu mais de 70% entre 2000 e 2006. Num distrito cuidadosamente vigiado de Zanzibar, o número de casos e admissões nos hospitais diminuiu 70% e a taxa bruta de mortalidade de menores de 5 anos registou uma quebra de 50%, entre 2003 e 2005, depois de as ACT começarem a ser distribuídas gratuitamente em todos os serviços de saúde pública. Na África do Sul, após um aumento da malária na década de 1990 devido à resistência crescente aos medicamentos e insecticidas, os casos e mortes documentados diminuíram 80% entre 2000 e 2006, graças à introdução das ACT e a um melhor controlo dos mosquitos (nomeadamente, mediante a pulverização com DDT).

Os aumentos substanciais de financiamentos e de atenção dedicada à malária aceleraram as actividades de controlo da doença em numerosos países, embora muitos continuem a estar aquém das metas globais. Além disso, foram concebidas novas intervenções, mais eficazes (por exemplo, redes tratadas com insecticida de longa duração), e a produção e distribuição de artigos essenciais melhorou. Os países também adoptaram mais rapidamente estratégias eficazes (como a promoção da utilização das ACT), o que teria sido impossível se não tivesse havido um aumento dos fundos disponíveis. Estes progressos sugerem que talvez seja possível avançar ainda mais na luta contra a malária nos próximos anos.

Progressos díspares no combate à tuberculose

Número de casos novos de tuberculose por 100 000 habitantes (excluindo seropositivos), 1990, 2004 e 2006



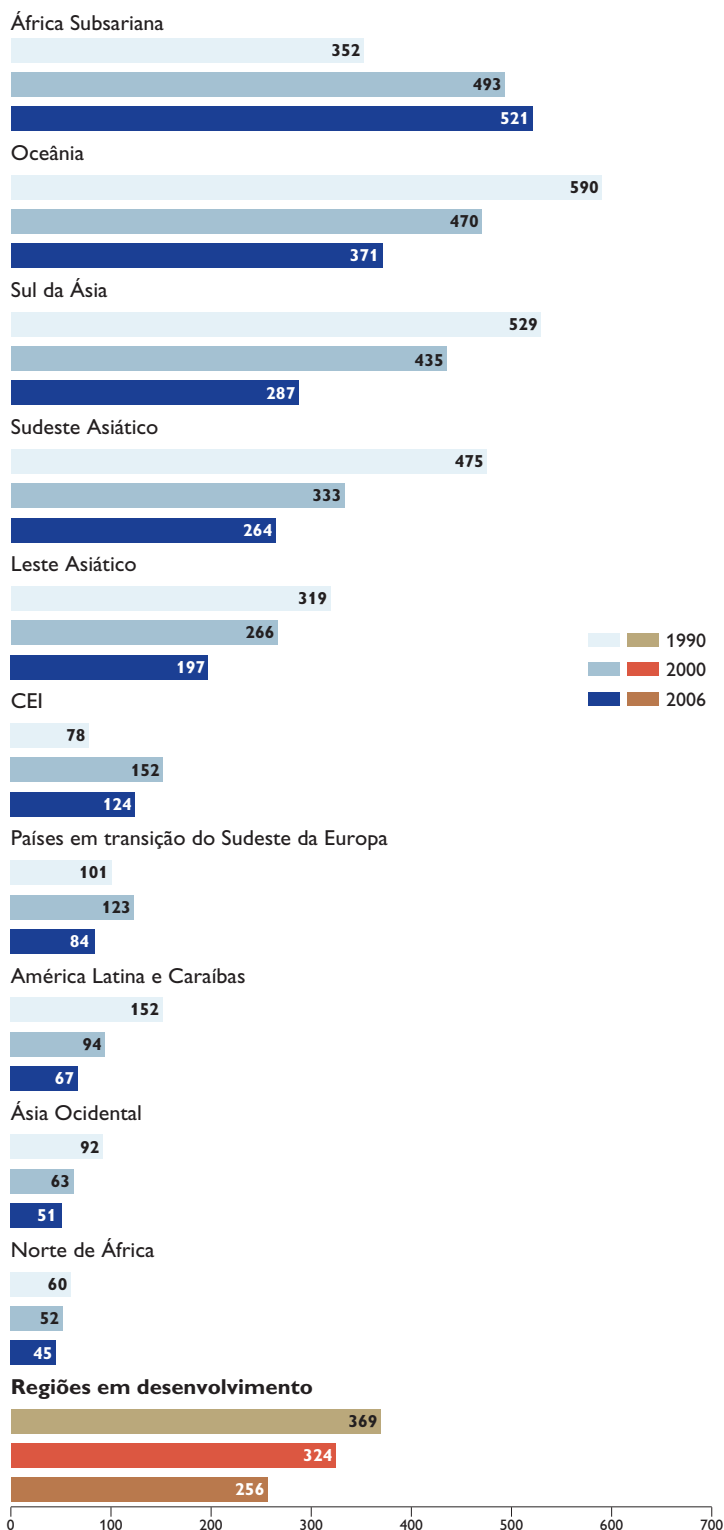
Em 2006, calcula-se que o número de mortes devido à tuberculose era de 1,7 milhões e que havia 14,4 milhões de pessoas infectadas, incluindo aproximadamente 9,2 milhões de novos casos. Estes números representavam um aumento em relação a 2005, aumento esse que foi atribuído em grande medida ao crescimento demográfico. Nas regiões em desenvolvimento, o número de novos casos de tuberculose por 100 000 habitantes (taxa de incidência) atingiu o seu nível máximo em 2004, registando, em seguida, uma queda de 0,7%, entre 2005 e 2006. Se estas tendências se mantiverem a nível mundial, será possível travar e começar a reduzir a incidência da tuberculose muito antes de 2015.

O êxito da erradicação da tuberculose depende da detecção precoce de novos casos e da administração de um tratamento eficaz. No entanto, entre 2005 e 2006, os progressos ao nível da despistagem abrandaram: a taxa de detecção apenas atingiu 61%, ficando aquém da taxa de referência de 65% estabelecida para 2006 no plano da parceria mundial “Fim à Tuberculose” e do objectivo final de 70%.

A África, a China e a Índia, em conjunto, são responsáveis por mais de dois terços dos casos não detectados de tuberculose. Na China e na Índia, a taxa de detecção deixou de aumentar em 2006. A África, onde a taxa de despistagem era de 46% em 2006, é a região que se encontra mais longe de atingir a meta estabelecida.

É pouco provável que se consiga reduzir a taxa de prevalência da tuberculose para metade até 2015

Número de casos de tuberculose por 100 000 habitantes (excluindo seropositivos), 1990, 2000 e 2006



A taxa de êxito do tratamento da tuberculose no âmbito do programa de tratamentos CDVD (tratamentos de curta duração sob vigilância directa) foi de 84,7% em 2005, a mais elevada desde que se adoptou um sistema de controlo fiável e um valor muito próximo da meta de 85%. Os programas de tratamentos CDVD, que envolvem o diagnóstico correcto e o registo de todos os doentes com tuberculose, seguidos de uma politerapia normalizada, estão a ajudar a atenuar o impacto relativo da doença.

A taxa de prevalência da tuberculose – o número de casos existentes por 100 000 habitantes – e a taxa de mortalidade desta doença estão a diminuir mais rapidamente do que a sua incidência. Entre 2005 e 2006, a taxa de prevalência mundial, incluindo seropositivos, diminuiu 2,8%, baixando para 219 por 100 000 habitantes, em comparação com a meta de 2015, que é de 147 casos por 100 000 habitantes. A taxa de mortalidade correspondente diminuiu 2,6%, passando a ser de 25 pessoas por 100 000 habitantes, em comparação com uma meta de 14.

Apesar do seu êxito, os tratamentos CDVD ainda não estão a produzir o impacto, na transmissão e incidência mundiais, que é necessário para atingir as metas da parceria “Fim à Tuberculose”: reduzir para metade, até 2015, as taxas de prevalência e de mortalidade de 1990. Se as tendências dos últimos cinco anos se mantiverem, a África Subsariana e os países da Comunidade de Estados Independentes ficarão aquém de ambas as metas, comprometendo a possibilidade de se vir a alcançar o objectivo mundial. Para se conseguirem realizar os objectivos pretendidos, as regiões mais atrasadas terão de melhorar, simultaneamente, a cobertura e prontidão do diagnóstico da tuberculose activa e aumentar a taxa de êxito dos tratamentos utilizados.





Objectivo 7 Garantir a sustentabi- lidade ambiental

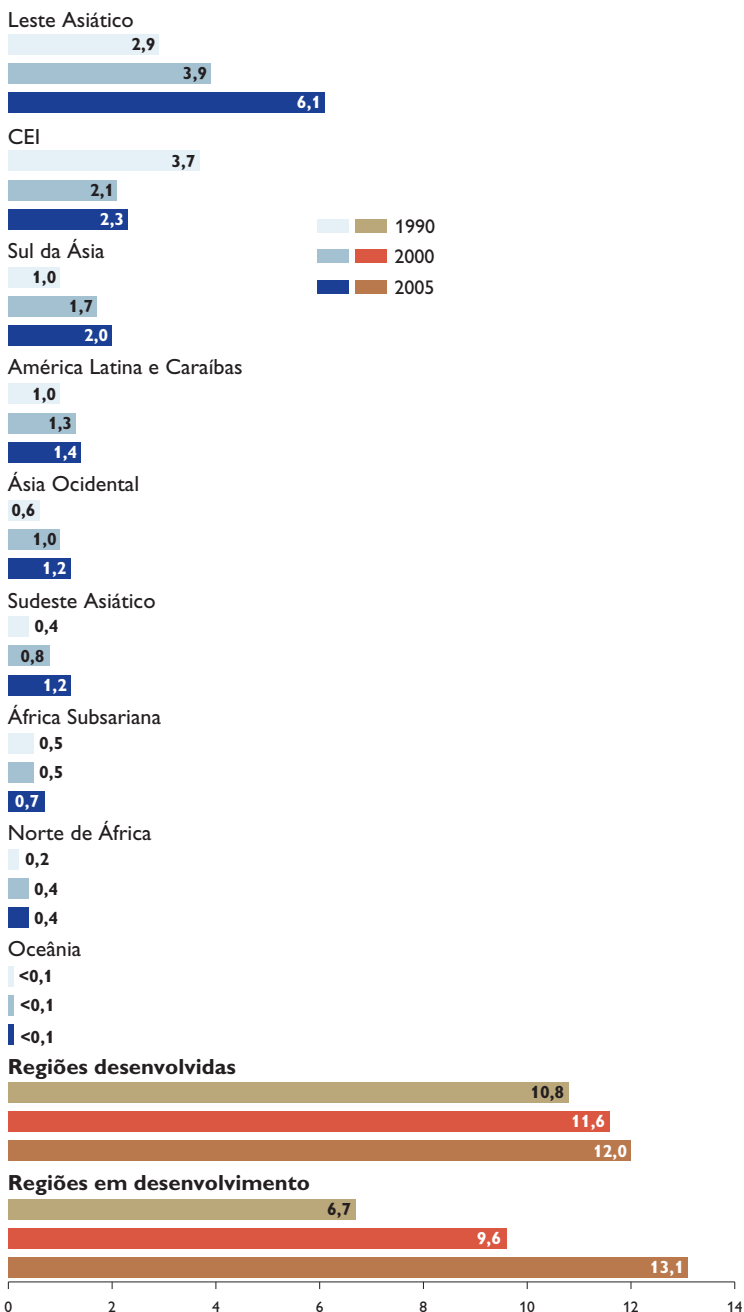


META

Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e inverter a actual tendência para a perda de recursos ambientais

É necessário agir imediatamente para travar o aumento das emissões de gases com efeito de estufa

Emissões de dióxido de carbono, 1990, 2000 e 2005 (milhares de milhões de toneladas métricas)



Em 2007, o Quarto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (IPCC) tornou bem claro que o clima está a aquecer e que “grande parte do aumento observado nas temperaturas médias mundiais, desde meados do século XX, se deve, muito provavelmente, ao aumento observado das emissões antropogénicas de gases com efeito de estufa”. O dióxido de carbono (CO₂) libertado pela queima de combustíveis fósseis representa mais de metade das emissões de gases com efeito de estufa responsáveis pelas alterações climáticas.

As emissões de dióxido de carbono atingiram 28 mil milhões de toneladas métricas, em 2005, e a sua tendência ascendente manteve-se, o que levou a um aumento das concentrações atmosféricas de CO₂. A nível mundial, as emissões aumentaram 30% entre 1990 e 2005, e, entre 2000 e 2005, o crescimento anual foi superior ao da década precedente. De 1990 a 2005, as alterações do volume de emissões variaram entre uma diminuição de 38%, nos países da Comunidade de Estados Independentes, e um aumento de 82%, no Sudeste Asiático. As emissões per capita continuam a ser mais elevadas nas regiões desenvolvidas – aproximadamente, 12 toneladas métricas de CO₂ por pessoa, por ano – em comparação com cerca de 3 toneladas métricas, nas regiões em desenvolvimento, e 0,8 toneladas métricas, na África Subariana. As emissões por unidade de produção económica diminuíram mais de 20% nas regiões desenvolvidas, ao passo que no Sudeste Asiático aumentaram 35% e no Norte de África 25%.

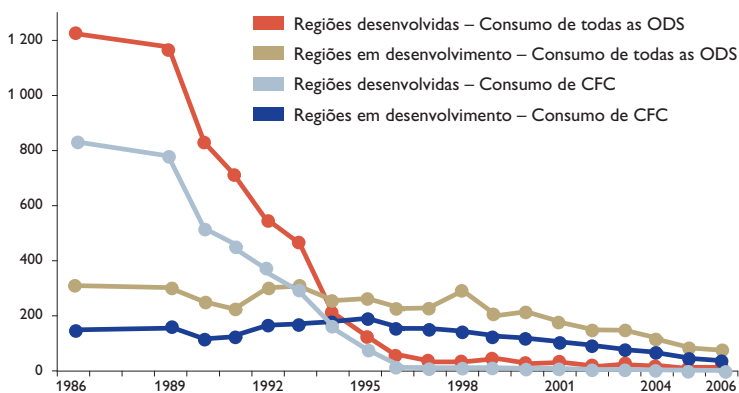
Embora nenhuma zona possa escapar aos efeitos negativos das alterações climáticas, o Ártico, as ilhas pequenas, os megadeltas da Ásia e de África e a região africana em geral parecem ser especialmente vulneráveis devido à sua elevada exposição aos efeitos das alterações climáticas, à capacidade limitada das suas populações para se adaptarem às consequências, ou ambas as coisas.

Os países desenvolvidos que são partes no Protocolo de Quioto concordaram em reduzir, até 2012, as suas emissões de gases com efeito de estufa em pelo menos 5% em relação aos níveis de 1990. Na Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, realizada em Bali, em 2007, os países iniciaram novas negociações no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (CQNUAC), que deverão ficar concluídas até ao final de 2009. As negociações visam a atenuação e a adaptação às alterações climáticas, dois aspectos que é necessário abordar em simultâneo e urgentemente. O acréscimo de recursos e investimento financeiros, bem como o desenvolvimento e transferência de tecnologias (partilha de conhecimentos especializados e tecnologia entre os países e as regiões), já foram reconhecidos como sendo fundamentais.

Para romper a ligação que existe entre a utilização de energia e as emissões de gases com efeito de estufa é necessário que haja tecnologias mais eficientes para o abastecimento e utilização de energia e uma transição para fontes de energia mais limpas e renováveis. Em resposta à procura crescente de energia no mundo inteiro, prevê-se que, nos próximos anos, se façam grandes investimentos em projectos de energia. Os investimentos feitos hoje determinarão as tendências das emissões de gases com efeito de estufa nas próximas décadas.

O êxito da redução das substâncias que destroem a camada de ozono está a ajudar a atenuar as alterações climáticas

Consumo de todas as substâncias que destroem a camada de ozono (ODS) e clorofluorocarbonetos (CFC), 1986-2006 (milhares de toneladas métricas com potencial para destruir a camada de ozono)



O Protocolo de Montreal levou à eliminação gradual de mais de 96% de todas as substâncias que destroem a camada de ozono (ODS). Este êxito quantitativo para a protecção da camada de ozono também gerou benefícios importantes ao nível do clima, porque muitas das substâncias que destroem a camada de ozono que estão sujeitas a controlo nos termos do Protocolo também são gases com efeito de estufa potentes. Estima-se que, sem o esforço desenvolvido no mundo inteiro para proteger a camada de ozono, o efeito global das emissões de ODS seria idêntico ao das emissões de dióxido de carbono, que é actualmente o gás que mais está a contribuir para as alterações climáticas.

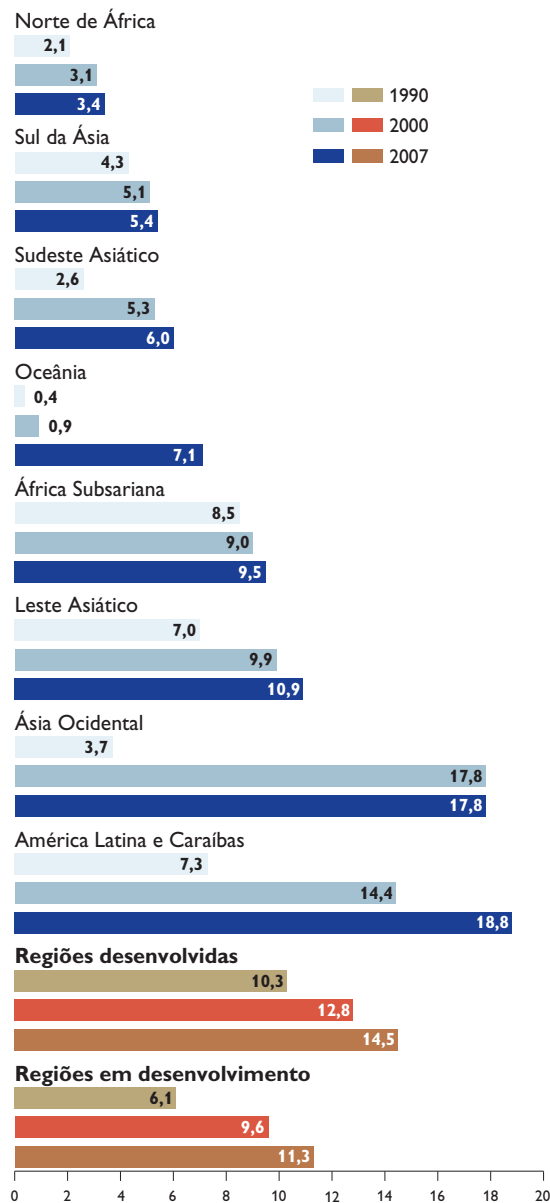
Em Setembro de 2007, mês em que se celebrou o 20º aniversário do Protocolo de Montreal, os governos reconheceram aquele duplo benefício para a protecção da camada do ozono e para a luta contra as alterações climáticas e concordaram em antecipar em 10 anos, no máximo, a data para a eliminação definitiva dos hidroclorofluorocarbonetos (HCFC), que são actualmente a substância que destrói a camada do ozono mais utilizada. Concordaram igualmente em assegurar fundos suficientes e estáveis aos países em desenvolvimento para acelerarem o processo de eliminação.

META

Reduzir a perda de biodiversidade e, até 2010, alcançar uma diminuição significativa da taxa de perda

As zonas marinhas e a conservação dos solos necessitam de mais atenção

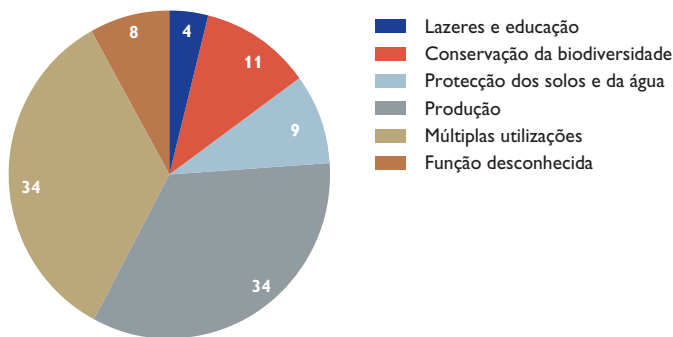
Proporção de zonas terrestres e marinhas protegidas, 1990, 2000 e 2007 (percentagem)



Perante a perda de biodiversidade a nível mundial, a comunidade internacional tem vindo a incentivar a protecção dos solos e do meio marinho. Assim, em 2007, já havia 21 milhões de quilómetros quadrados de solos e de mar (até a um limite de 12 milhas náuticas) sob protecção. Apesar da sua importância para a sustentabilidade das unidades populacionais de peixes e para os meios de subsistência das comunidades costeiras, apenas estão protegidos 0,7% dos oceanos do mundo – cerca de 2 milhões de quilómetros quadrados. Além disso, a protecção só por si é insuficiente: é necessário gerir correctamente todas as zonas protegidas para assegurar a sua conservação.

A desflorestação está a abrandar e foram designadas mais florestas para efeito de conservação da biodiversidade

Proporção do total da área florestal por função, 2005 (percentagem)

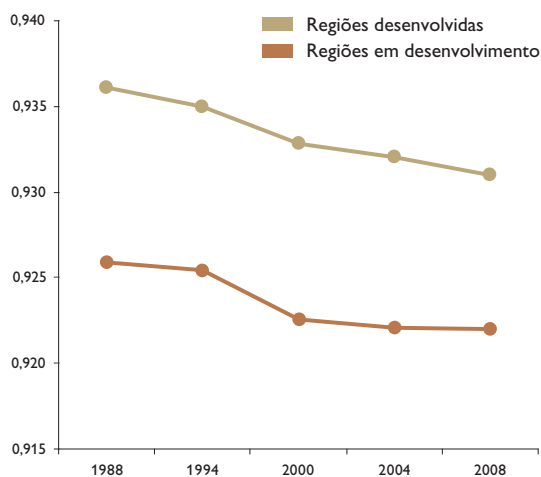


A desflorestação continua a suscitar graves problemas, embora a perda líquida de área florestal esteja a diminuir. Graças ao aumento da plantação de florestas, à recuperação das paisagens e à expansão natural das florestas, a desflorestação, de aproximadamente 13 milhões de hectares por ano, correspondeu apenas a uma diminuição líquida de 7,3 milhões de hectares de zonas florestais, por ano, no período de 2000-2005, em comparação com 8,9 milhões de hectares por ano, na década precedente.

As florestas desempenham um papel fundamental na atenuação das alterações climáticas. Por outro lado, contribuem para a conservação da biodiversidade, dos solos e dos recursos hídricos e, quando geridas de uma forma sustentável, podem reforçar as economias locais e nacionais e promover o bem-estar das gerações actuais e futuras. A área florestal total designada especificamente para efeito de conservação da biodiversidade aumentou cerca de 96 milhões de hectares, ou quase um terço, desde 1990, e representa actualmente mais de um décimo da área florestal total. Para além destas florestas protegidas, a conservação dos ecossistemas das florestas e da flora e fauna de outras zonas florestais está também a aumentar. A percentagem de área florestal designada para efeito de protecção dos solos e dos recursos hídricos também aumentou – de 8% em 1990 para 9% em 2005, o que equivale a um aumento de mais de 50 milhões de hectares desde 1990.

O número de espécies ameaçadas de extinção está a aumentar rapidamente

Proporção de todas as espécies que deverão sobreviver num futuro próximo sem medidas adicionais de conservação, 1998-2008 (valores do Índice da Lista Vermelha da UICN para todas as espécies de aves)

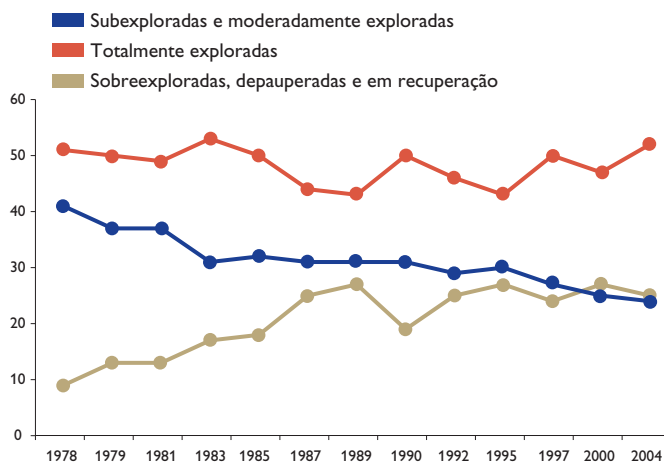


É possível medir as tendências do risco de extinção graças ao Índice da Lista Vermelha da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), que mostra a diferença líquida entre melhorias genuínas do estado das espécies (medidos com base em alterações nas respectivas categorias da Lista Vermelha), como, por exemplo, as melhorias resultantes de uma conservação eficaz, e deteriorações do estado das espécies, como, por exemplo, a diminuição da sua população. O índice não inclui alterações decorrentes de revisão da taxonomia ou de novos conhecimentos. O índice relativo às aves mostra que estas estão menos ameaçadas no Norte de África e na Ásia Ocidental e mais ameaçadas na Oceânia, onde as espécies insulares estão muitas vezes à mercê de espécies invasivas introduzidas deliberada ou involuntariamente pelo homem. A deterioração acentuada do estado das aves registada recentemente no Sudeste Asiático deve-se à rápida desflorestação das terras baixas da região da Península Malaia e das Grandes Ilhas Sonda.

Os dados mais completos que existem actualmente dizem respeito às aves, que são um indicador útil mas imperfeito das tendências de outras formas de biodiversidade. Há várias outras classes de organismos, tais como os mamíferos, os anfíbios, as cicadáceas e as coníferas que estão ainda mais ameaçadas do que as aves.

É necessário melhorar a gestão das pescas para reduzir a destruição das unidades populacionais de peixes

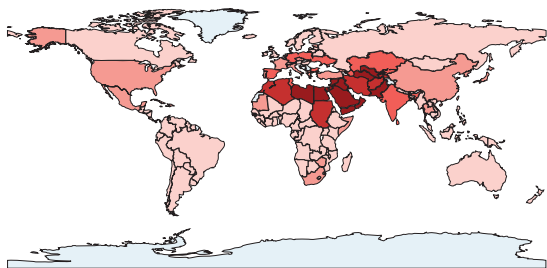
Estado de exploração das unidades populacionais de peixes, 1978-2004 (percentagem)



A proporção de unidades populacionais sobreexploradas e depauperadas da pesca de mar aumentou ligeiramente, nos últimos 20 anos, enquanto a proporção de unidades subexploradas e moderadamente exploradas diminuiu. O total das capturas manteve-se aproximadamente ao mesmo nível, graças à utilização de novos recursos, mas isto pode vir a ser cada vez mais difícil. São necessários esforços substanciais para melhorar a gestão das pescas, a fim de aumentar a capacidade de produção das unidades populacionais exploradas. São também necessárias medidas de gestão para atenuar o impacto das pescas nos ecossistemas aquáticos. É possível superar estes problemas através da adopção de uma abordagem holística e participativa da gestão das pescas baseada nos ecossistemas. Foram já introduzidas várias iniciativas neste sentido, destinadas, por exemplo, a reduzir os totais admissíveis de capturas das espécies comerciais e as capturas acessórias de espécies vulneráveis (tais como aves e tartarugas marinhas) e a estabelecer zonas marinhas protegidas. Contudo, a redução da capacidade de pesca continua a ser o objectivo principal da gestão mundial das pescas.

Quase metade da população mundial debate-se com um problema de escassez de água

Águas superficiais e águas subterrâneas extraídas como percentagem do total de recursos hídricos reais renováveis (por volta de 2000)



■ Não existem dados ■ < 10 ■ 10 - 25 ■ 25 - 50 ■ 50 - 75 ■ >75 %

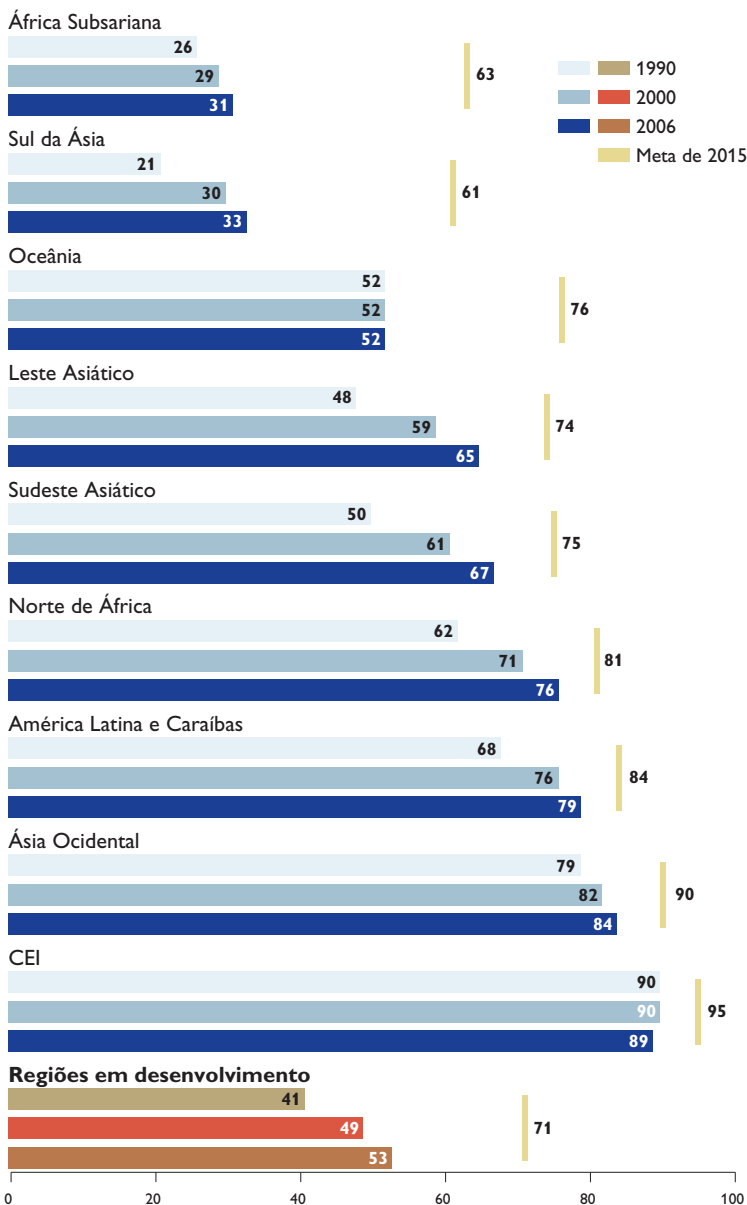
Nos últimos cem anos, a utilização de água aumentou a um ritmo mais do que duas vezes superior ao da população. Embora ainda não se possa falar actualmente de escassez de água a nível mundial, cerca de 2,8 mil milhões de pessoas, que representam mais de 40% da população do mundo, vivem em bacias hidrográficas caracterizadas por uma ou outra forma de escassez de água. Mais de 1,2 mil milhões dessas pessoas vivem numa situação de escassez física de água, ou seja, uma situação em que são extraídos mais de 75% dos caudais dos cursos de água. No Norte de África e na Ásia Ocidental, a situação é especialmente grave, tal como em algumas regiões de países grandes como a China e a Índia. Entre os sintomas incluem-se a degradação ambiental e a competição pela água. Outros 1,6 mil milhões de pessoas vivem em zonas de escassez económica de água, em que a falta de capital humano, institucional e financeiro limita o acesso à água, embora esta exista localmente na natureza em quantidade suficiente para satisfazer as necessidades humanas. Este tipo de condições prevalece em grande parte do Sul da Ásia e da África Subsariana. Os sintomas são a falta ou o desenvolvimento insuficiente das infra-estruturas de abastecimento, a elevada vulnerabilidade a secas de curta e longa duração, e a dificuldade de acesso a um abastecimento de água fiável, especialmente nas zonas rurais.

META

Reduzir para metade, até 2015, a percentagem da população sem acesso permanente a água potável e a saneamento básico

Há mais pessoas com acesso a melhores instalações sanitárias, mas é necessário dobrar esforços para atingir a meta

Proporção da população com acesso a melhores instalações sanitárias, 1990, 2000 e 2006 (percentagem)

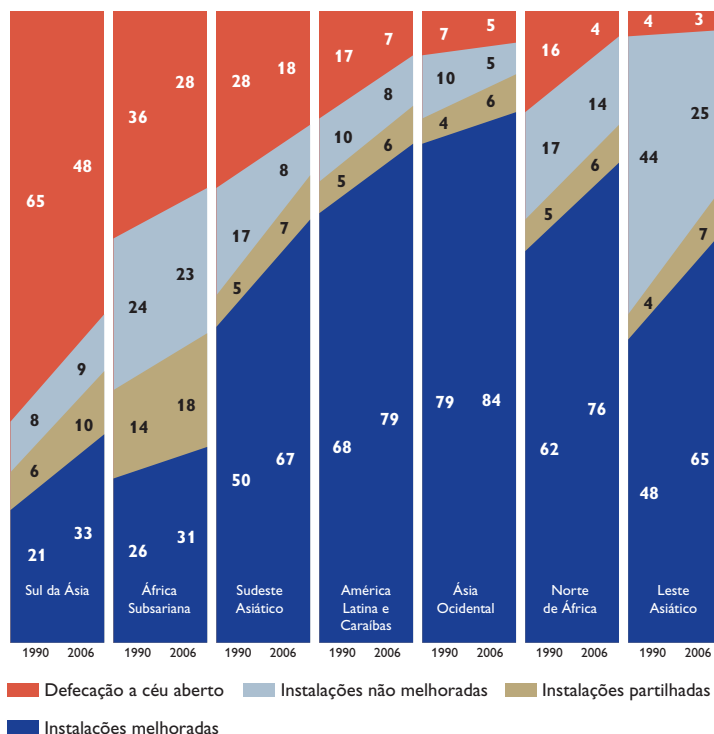


Desde 1990, o número de pessoas nas regiões em desenvolvimento com acesso a melhores instalações sanitárias aumentou 1,1 mil milhões, tendo-se registado melhorias significativas no Sudeste e Leste Asiáticos. No entanto, para atingir a meta, esse número de pessoas tem de aumentar aproximadamente 1,6 mil milhões, nos próximos sete anos, o que representa um aumento bastante maior do que o registado desde 1990. Aproximadamente 2,5 mil milhões de pessoas continuam a não beneficiar de melhores instalações sanitárias – mais de mil milhões na Ásia e os outros 500 milhões na África Subariana. Em 2006, havia 54 países onde apenas menos de metade da população estava a utilizar instalações sanitárias melhores; três quartos destes países situavam-se na África Subariana.

Actualmente, cerca de metade da população do mundo vive em zonas rurais. No entanto, os habitantes das zonas rurais representam mais de 70% das pessoas que não têm acesso a um melhor saneamento. Nas zonas urbanas, as melhorias registadas neste domínio não têm conseguido acompanhar o ritmo do crescimento demográfico. Em 21 países da África Subariana, apenas 16% dos 20% mais pobres da população tinham acesso a melhores instalações sanitárias, em comparação com 79% dos 20% mais ricos.

Nas regiões em desenvolvimento, quase uma em cada quatro pessoas não utiliza qualquer tipo de instalação sanitária

Proporção da população por tipo de prática sanitária, 1990 e 2006 (percentagem)

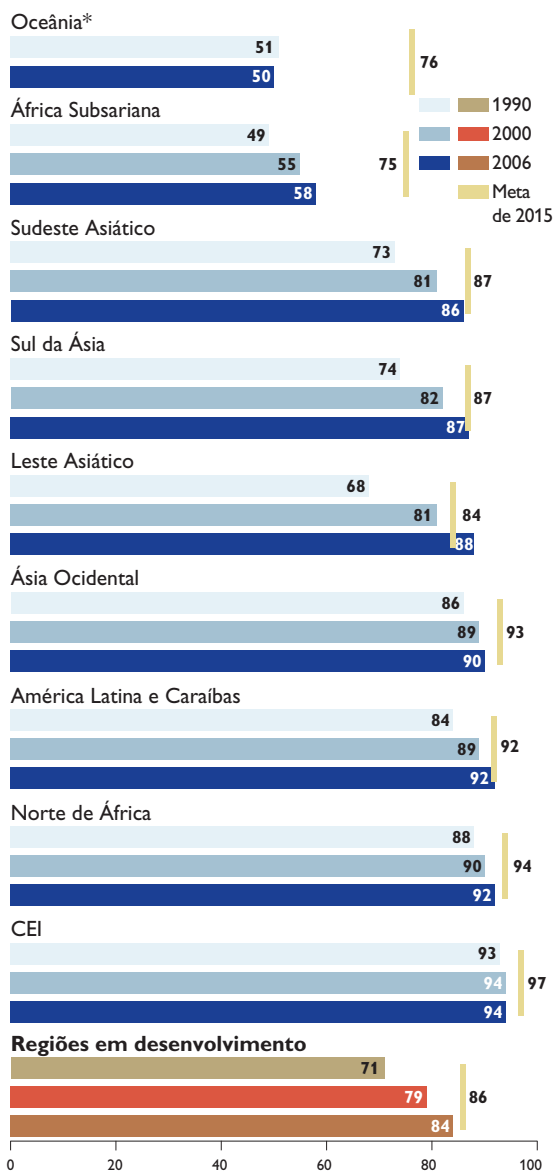


Quase um quarto da população do mundo em desenvolvimento vive sem qualquer tipo de saneamento. Outros 15% utilizam instalações sanitárias que não garantem uma separação higiénica entre os dejectos humanos e as pessoas. A defecação a céu aberto constitui um risco para toda a comunidade e não apenas para quem a pratica, devido a um maior risco de doenças diarreicas, cólera, infestações por vermes, hepatite e outras doenças conexas.

Embora a defecação a céu aberto esteja a diminuir em todas as regiões, continua a ser praticada por quase metade da população do Sul da Ásia e mais de um quarto dos habitantes da África Subariana. Dos 1,2 mil milhões de pessoas que praticam a defecação a céu aberto, mais de mil milhões vivem em zonas rurais.

Embora o acesso a água melhor para consumo humano tenha aumentado, quase mil milhões de pessoas continua a não beneficiar desse acesso

Proporção da população que utiliza uma fonte de água potável melhor, 1990, 2000 e 2006 (percentagem)



* Não existem dados relativos a 2000.

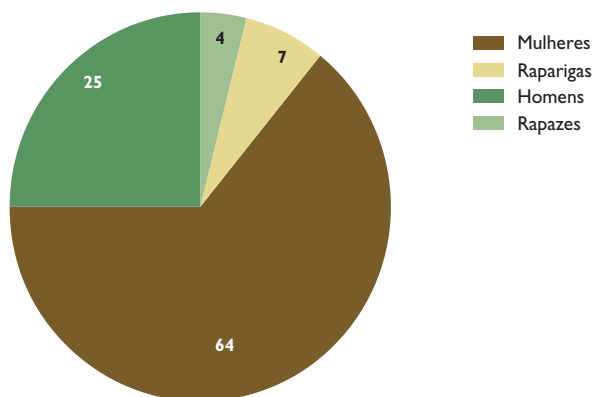
Desde 1990, 1,6 mil milhões de pessoas passaram a ter acesso a água salubre. A este ritmo, prevê-se que o mundo consiga atingir a meta relativa à água potável, e, para isso, é necessário que 89% da população das regiões em desenvolvimento esteja a utilizar fontes melhores de água potável em 2015. Actualmente, há ainda quase mil milhões de pessoas que não têm acesso a fontes seguras de água potável.

Os progressos foram mais acentuados no Leste Asiático, onde mais de 400 milhões de pessoas passaram a ter acesso a melhores fontes de água potável e onde a cobertura aumentou 20%, desde 1990. Na África Subariana os progressos foram mais lentos e é nesta região que vive mais de um terço das pessoas cujo acesso a água potável não melhorou, sendo necessário um forte impulso para atingir a meta.

Em 2006, 96% das populações das zonas urbanas das regiões em desenvolvimento tinha acesso a melhores fontes de água potável, em comparação com apenas 78% nas zonas rurais. Cerca de 742 milhões de habitantes das zonas rurais vivia sem acesso a fontes melhores de água potável, em comparação com 137 milhões de habitantes das zonas urbanas. Existe uma disparidade idêntica em matéria de água canalizada, havendo apenas 30% de agregados familiares das zonas rurais com água canalizada em casa.

Ir buscar água é uma tarefa que recai principalmente sobre as mulheres

Membro da família que geralmente vai buscar água, 2005/2006 (percentagem)



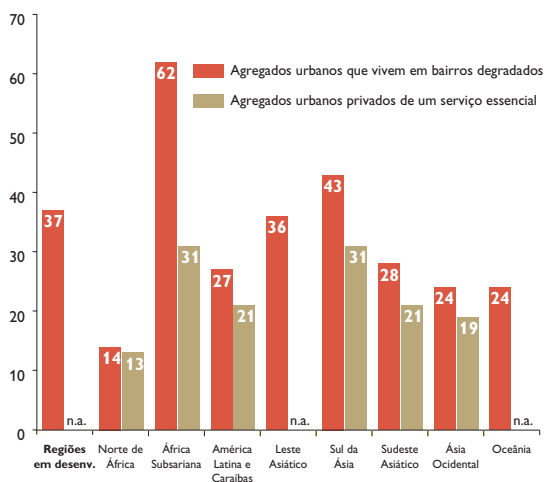
Dados recentes confirmam observações empíricas de que as mulheres são, em grande medida, responsáveis por ir buscar água, quando esta não existe em casa. É duas vezes mais provável que sejam as mulheres a ir buscar água do que os homens, e, em 11% dos agregados familiares, essa tarefa é desempenhada por crianças. É mais frequente as raparigas irem buscar água do que os rapazes.

META

Até 2020, melhorar consideravelmente a vida de pelo menos 100 milhões de pessoas que vivem em bairros degradados

Algumas intervenções simples, de baixo custo, poderiam melhorar consideravelmente a vida dos habitantes de bairros degradados

Agregados familiares urbanos que vivem em bairros degradados caracterizados pela ausência de um serviço essencial, 2005 (percentagem)



A ausência de melhores serviços de saneamento e abastecimento de água são duas das quatro características que definem os bairros degradados urbanos. As outras são a não durabilidade da habitação e a superlotação. Em 2005, um pouco mais de um terço da população urbana das regiões em desenvolvimento vivia em bairros degradados; na África Subsariana, a proporção era superior a 60%.

Na África Subsariana, metade das famílias que vivem em bairros degradados estava privada de dois ou mais serviços essenciais, não tendo acesso a um melhor abastecimento de água, a melhores serviços de saneamento, a uma habitação duradoura ou espaço suficiente dentro de casa. Nesta região, serão necessários grandes investimentos para melhorar a vida dos habitantes de bairros degradados.

Em muitos países do Norte de África, Ásia e América Latina, a grande maioria dos agregados familiares que vivem em bairros degradados está privada apenas de um serviço essencial. O Norte de África não só tem a menor concentração de bairros degradados, como 9 em cada 10 famílias que vivem nesses bairros estão privadas apenas de melhor saneamento ou de espaço suficiente. As habitações de quase três quartos dos agregados que vivem em bairros degradados na Ásia também só apresentam uma característica de bairro degradado, geralmente, falta de espaço suficiente ou a não durabilidade da habitação. Mesmo na África Subsariana, há famílias que vivem em bairros degradados que apenas carecem de um serviço – geralmente, saneamento melhor. A realização de intervenções simples, de baixo custo, para corrigir estas deficiências específicas ajudaria muito a melhorar a vida de muitos habitantes de bairros degradados.



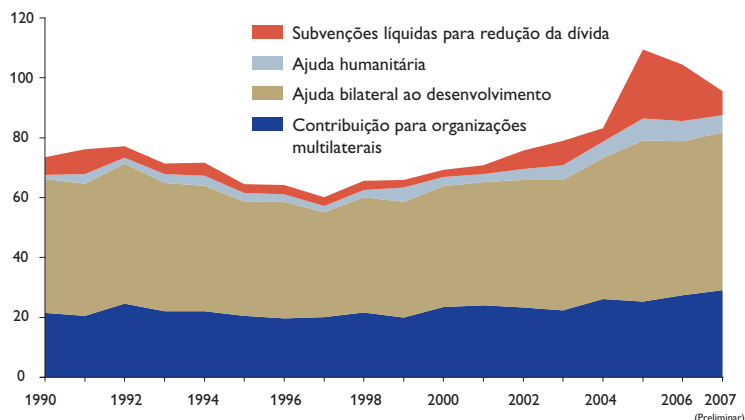
Objectivo 8

Criar uma parceria mundial para o desenvolvimento



A ajuda ao desenvolvimento diminuiu pelo segundo ano consecutivo, pondo em risco os compromissos para 2010

Ajuda pública ao desenvolvimento dos países da OCDE-CAD, 1990-2007 (milhares de milhões de dólares americanos constantes de 2006)



A taxas de câmbio correntes, a ajuda pública ao desenvolvimento (APD) continuou a diminuir, baixando de um nível máximo sem precedentes de 107,1 mil milhões de dólares, em 2005, para 104,4 mil milhões, em 2006, e 103,7 mil milhões em 2007. Isto deveu-se principalmente à diminuição das subvenções para redução da dívida. Se forem tidas em conta as variações dos preços e das taxas de câmbio, os desembolsos de ajuda diminuiram 8,4% em 2007, em comparação com 2006. Se forem excluídas as subvenções para redução da dívida, a ajuda líquida aumentou 2,4% em dólares constantes.

Na Cimeira Mundial das Nações Unidas de 2005 e nas reuniões a ela associadas, os países desenvolvidos prometeram aumentar a ajuda de 80 mil milhões de dólares em 2004 para 130 mil milhões em 2010, a preços de 2004. Embora a maioria destes compromissos se mantenha, alguns países anunciaram novas metas – algumas das quais envolvem um aumento dos fluxos de ajuda, enquanto outras apontam para uma redução. Atendendo a que não é provável que as subvenções para redução da dívida regressem aos níveis de 2005 ou 2006, a ajuda bilateral e as contribuições para instituições de desenvolvimento multilaterais terão de aumentar rapidamente, nos próximos três anos, se os países desenvolvidos quiserem cumprir os compromissos assumidos para 2010. Mesmo que se verifique um aumento súbito dos fluxos de ajuda, isso não compensará a ausência de um aumento progressivo e previsível da ajuda pública ao desenvolvimento que estava implícito nos compromissos assumidos em 2005.

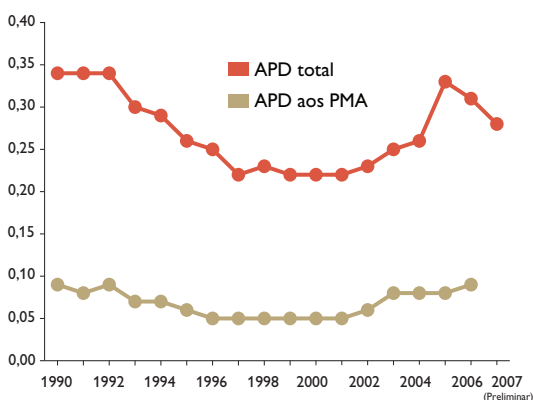
As organizações não governamentais, o sector privado e vários países em desenvolvimento estão a tornar-se, cada vez mais, fontes significativas de ajuda ao desenvolvimento. Fundos especiais como o Fundo Mundial de Luta contra a SIDA, Tuberculose e Malária tornaram-se instrumentos importantes como meio de encaminhar alguns destes recursos.

META

Satisfazer as necessidades especiais dos países menos avançados, dos países sem litoral e dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento

A ajuda ao desenvolvimento terá de aumentar substancialmente para que a ajuda a África duplique até 2010

Ajuda pública ao desenvolvimento dos países da OCDE-CAD como proporção do rendimento nacional bruto dos doadores, 1990-2007 (percentagem)



O total da ajuda continua a estar muito aquém da meta fixada pelas Nações Unidas, que é de 0,7% do rendimento nacional bruto (RNB) dos membros do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE. A Dinamarca, Luxemburgo, Países Baixos, Noruega e Suécia foram os únicos países a atingir ou exceder aquela meta em 2007. Para o conjunto dos países desenvolvidos, a ajuda pública ao desenvolvimento baixou para 0,28% do seu rendimento nacional bruto combinado em 2007.

Os países menos avançados (PMA) recebem aproximadamente um terço de toda a ajuda. Desde 2000, a ajuda pública ao desenvolvimento concedida a estes países aumentou mais depressa do que o rendimento nacional bruto dos países desenvolvidos, mas continua a estar aquém da meta de 0,15-0,20% do RNB até 2010, incluída no Programa de Acção de Bruxelas a favor dos países menos avançados.

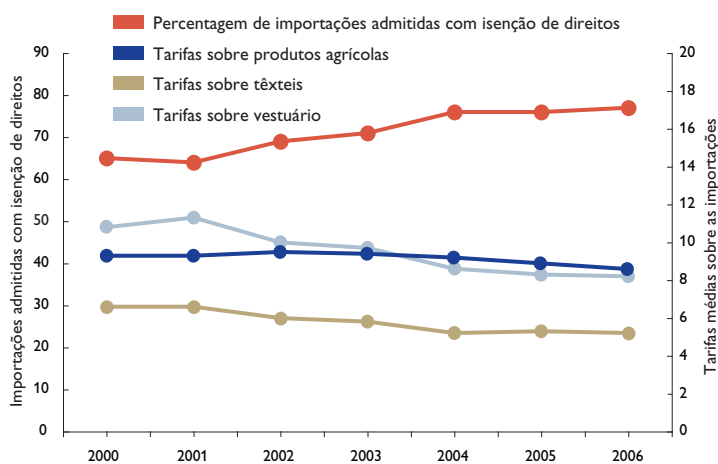
Na sua Cimeira de Gleneagles, em 2005, o Grupo dos 8 países mais industrializados afirmaram que os seus compromissos, conjugados com os de outros doadores, iriam duplicar a ajuda pública ao desenvolvimento concedida a África até 2010. Excluindo a ajuda substancial para redução da dívida da região, sobretudo da Nigéria, os dados preliminares revelam que a APD bilateral a África aumentou 9% em termos reais, em 2007. Apesar deste aumento, é necessário que a ajuda a África cresça ainda mais rapidamente, para se conseguir atingir a projecção de Gleneagles para 2010.

META

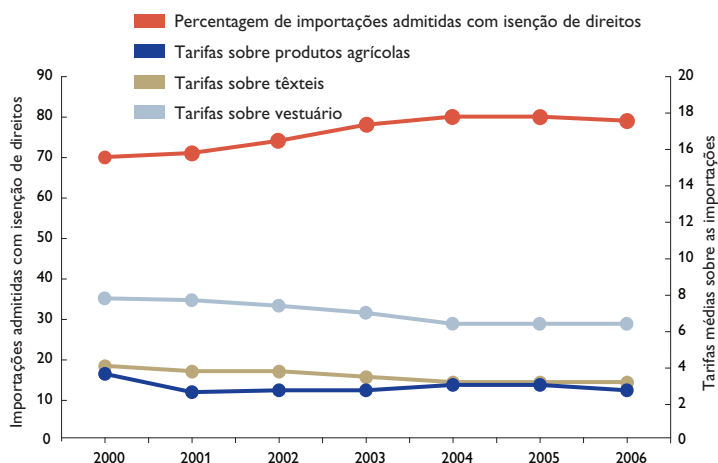
Continuar a criar um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras e não discriminatório

Poucas melhorias no acesso da maioria dos países em desenvolvimento aos mercados

Proporção das importações dos países desenvolvidos provenientes dos países em desenvolvimento, excluindo armas e petróleo, admitidas com isenção de direitos e sujeitas às tarifas médias dos países desenvolvidos sobre produtos fundamentais dos países em desenvolvimento, 2000-2006 (percentagem)



Proporção das importações dos países desenvolvidos provenientes dos países menos avançados (PMA), excluindo armas e petróleo, admitidas com isenção de direitos e sujeitas às tarifas médias dos países desenvolvidos sobre produtos fundamentais dos países menos avançados (PMA), 2000-2006 (percentagem)



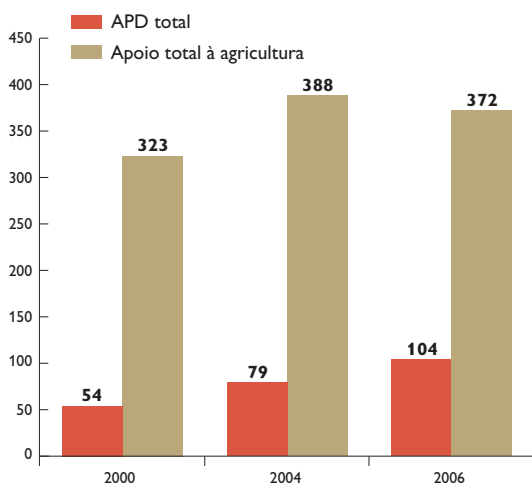
Têm-se registado poucos progressos, recentemente, no que se refere à redução de barreiras às exportações dos países em desenvolvimento para os países desenvolvidos. O Acordo sobre Têxteis e Vestuário da Organização Mundial do Comércio, de 2005, liberalizou o comércio nestes sectores, beneficiando alguns países em desenvolvimento e menos avançados, mas prejudicando outros, incluindo vários países menos avançados de África e alguns países de rendimento médio-alto do Leste Asiático. Em Dezembro de 2005, os países desenvolvidos que são membros da Organização Mundial do

Comércio prometeram que, até 2008, pelo menos 97% das suas linhas pautais ficariam isentas de direitos e deixariam de estar sujeitas a restrições quantitativas para importações provenientes dos países menos avançados.

Embora vários acordos unilaterais que beneficiam os países em desenvolvimento tenham sido prorrogados ou convertidos em acordos comerciais regionais ou bilaterais, não houve novas iniciativas a favor dos países em desenvolvimento como grupo. Excluindo as armas e o petróleo, a proporção de exportações dos países em desenvolvimento que estão isentas de direitos, ao serem importadas para os mercados dos países desenvolvidos, tem-se mantido em grande medida inalterada desde 2004; essa proporção chegou mesmo a diminuir ligeiramente, no caso dos países menos avançados. O acesso preferencial, isento de direitos, aos mercados e o baixo nível das taxas das tarifas médias aplicadas a vários produtos de grande intensidade de mão-de-obra, tais como alguns produtos agrícolas, os têxteis e o vestuário, tiveram um impacto positivo nos PMA. No entanto, a proliferação de regimes comerciais preferenciais entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento que não são PMA está a erodir a margem de preferência de que beneficiam as exportações dos PMA nos mercados dos países desenvolvidos.

Os subsídios agrícolas internos dos países ricos excedem o dinheiro gasto em ajuda ao desenvolvimento

Ajuda pública ao desenvolvimento dos países da OCDE-CAD e apoio à agricultura nos países da OCDE, 2000, 2004 e 2006 (milhares de milhões de dólares americanos)

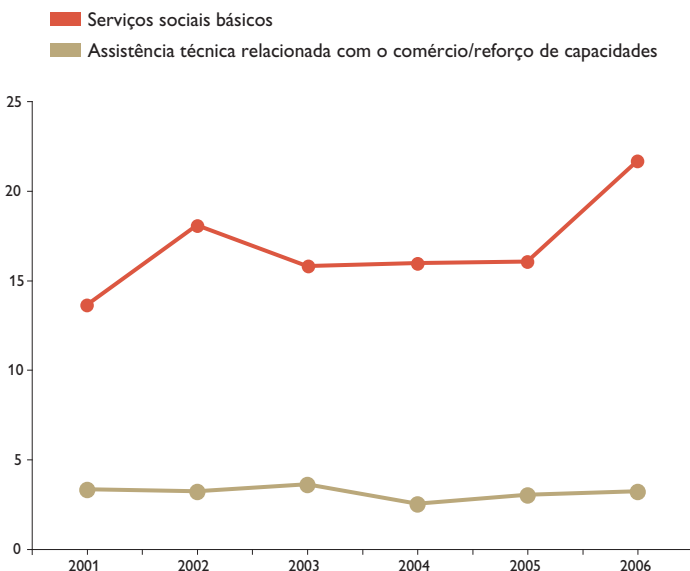


A crise alimentar mundial deve-se, em parte, aos subsídios agrícolas internos e às medidas de protecção pautal dos países desenvolvidos, que, durante muitos

anos, desincentivaram a produção agrícola nos países em desenvolvimento. O apoio total dos países em desenvolvimento aos seus próprios sectores agrícolas cresceu aproximadamente 65 mil milhões de dólares entre 2000 e 2004, tendo conhecido uma redução de 16 mil milhões, em 2006. No entanto, estas despesas, que perfazem um total de 372 mil milhões de dólares, continuam a ser mais de três vezes superiores à ajuda pública ao desenvolvimento concedida pelos países desenvolvidos. O apoio prestado pelos países desenvolvidos aos seus próprios sectores agrícolas mantém-se, numa altura em que se procurou levar os países em desenvolvimento a suspender todos os auxílios públicos à sua agricultura. Isto constitui um desincentivo à produção agrícola nas regiões em desenvolvimento e compromete o objectivo geral da ajuda pública ao desenvolvimento, que consiste em apoiar o desenvolvimento.

É necessário aumentar a ajuda relacionada com o comércio

Proporção do total da APD bilateral, por sector, dos doadores da OCDE-CAD afectada a serviços sociais básicos (educação de base, cuidados de saúde primários, alimentação, água salubre e saneamento) e a assistência técnica relacionada com o comércio e reforço de capacidades, 2001-2006 (percentagem)



Para acelerarem o seu desenvolvimento através do reforço das capacidades produtiva e comercial, os países em desenvolvimento necessitam de assistência técnica e de outros tipos, tendo em vista, por exemplo, o desenvolvimento de infra-estruturas. Isto aplica-se especialmente aos países menos avançados.

Muitos países doadores têm dedicado sobretudo atenção aos sectores abrangidos pelos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, em detrimento da cooperação técnica que é necessária para impulsionar a produção e o comércio. A cooperação técnica destinada a reforçar a capacidade comercial, por exemplo, diminuiu de 3,6% para 3,2% do total da ajuda, entre 2003 e 2006. A prestação de assistência tendo em vista a consecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio exige a concessão da APD adicional, já prometida, e não deve consistir na reafecção de recursos entre diferentes sectores.

META

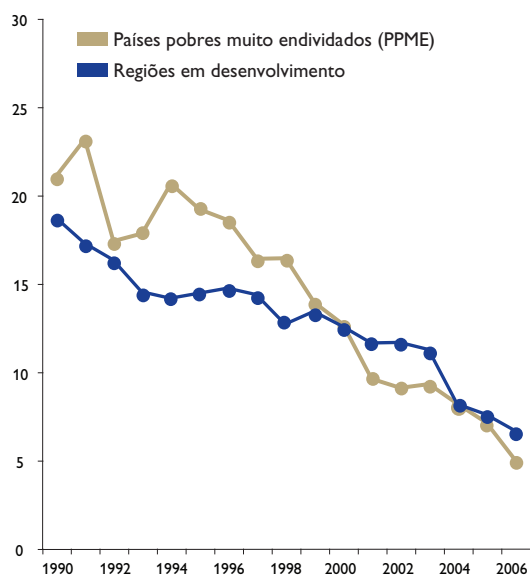
Tratar de uma maneira global os problemas da dívida dos países em desenvolvimento

META

Em cooperação com as empresas farmacêuticas, proporcionar o acesso a medicamentos essenciais a preços acessíveis nos países em desenvolvimento

O peso da dívida dos países em desenvolvimento está a diminuir

Pagamentos a título do serviço da dívida externa como proporção das receitas de exportação, 1990-2006 (percentagem)



No final de Junho de 2008, 33 de 41 países elegíveis já tinham satisfeito todas as condições para receber ajuda no quadro da Iniciativa para os Países Pobres Muito Endividados (PPME). Desses 33 países, 23 haviam chegado ao “ponto de conclusão”, o que significa que estavam preenchidas todas as condições necessárias para beneficiarem da redução da dívida e que a redução era irrevogável. Em conjunto, em 2006, estes países haviam recebido 48,2 mil milhões de dólares, em termos de valor actual, a título de redução da dívida prometida. Os países que tinham ultrapassado o ponto de conclusão receberam igualmente ajuda suplementar no valor de 21,2 mil milhões de dólares, no âmbito da Iniciativa Multilateral de Redução da Dívida (IMRD), o que lhes permitiu reduzir ainda mais o serviço da dívida. Entretanto, o valor das exportações das economias de baixo rendimento aumentou mais de 65%, desde 2004, o que significa que estes países têm mais recursos para fazer face ao serviço da dívida, já de si reduzida. Para o país em desenvolvimento médio, o peso do serviço da dívida externa baixou de quase 13% das receitas de exportação, em 2000, para 7% em 2006. Prevê-se que esta tendência se mantenha em 2007, criando um ambiente mais favorável ao investimento.

As reduzidas disponibilidades e os preços elevados constituem barreiras ao acesso a medicamentos essenciais nos países em desenvolvimento

As empresas farmacêuticas, desde multinacionais a fabricantes de genéricos e distribuidores nacionais, desempenham uma função crítica em assegurar que as pessoas tenham acesso a medicamentos a preços acessíveis. Por sua vez, os governos devem definir metas e objectivos nacionais para o sector farmacêutico e identificar estratégias para a sua consecução. A maioria dos países em desenvolvimento tem uma política nacional em matéria de medicamentos, mas mais de metade destas políticas não foram revistas nos últimos cinco anos e necessitam de ser actualizadas. Quase todos os países em desenvolvimento publicaram igualmente uma lista de medicamentos essenciais – uma lista, aprovada pelo governo, dos medicamentos que devem estar disponíveis no sistema de saúde pública, nas quantidades e dosagens apropriadas, cuja qualidade deve ser garantida e a um preço comportável para os indivíduos e as comunidades. No entanto, na maioria dos países em desenvolvimento, a disponibilidade de medicamentos nos estabelecimentos de saúde pública, onde são normalmente fornecidos por um baixo custo ou gratuitamente, é muito insatisfatória. Isto deve-se a um conjunto de factores, tais como financiamento insuficiente, falta de incentivos para manter as existências, incapacidade de fazer previsões correctas e ineficiências ao nível das aquisições, fornecimento e distribuição. Fundos internacionais no domínio da saúde como o Fundo Mundial de Luta contra a SIDA, Tuberculose e Malária tornaram-se instrumentos importantes para melhorar a aquisição de medicamentos para combater o VIH, a tuberculose e a malária e a sua distribuição junto dos estabelecimentos de saúde pública.

Verifica-se que, em todas as regiões, a disponibilidade de medicamentos é maior no sector privado, onde pode mesmo assim ser insatisfatória. Estudos realizados em cerca de 30 países em desenvolvimento revelam que a disponibilidade de medicamentos seleccionados era apenas de 35% no sector público, em comparação com 63% no sector privado. Numa amostra de seis países do Leste e Sudeste Asiático e do Sul da Ásia, a disponibilidade no sector privado era apenas de 45%.

Alguns fabricantes de especialidades farmacêuticas baixaram os seus preços para os sistemas de saúde pública dos países em desenvolvimento, de acordo com o poder de compra dos seus governos e dos agregados familiares. Contudo, a reduzida disponibilidade de medicamentos no sector público obriga frequentemente os doentes a comprarem medicamentos no sector privado, onde os preços continuam a ser mais elevados. Mesmo os genéricos adquiridos no sector privado têm frequentemente um preço várias vezes superior ao preço de referência internacional, e os preços dos medicamentos de marca são geralmente mais elevados. Nos 33 países em desenvolvimento sobre os quais existem dados, o preço dos genéricos mais baratos no sector privado é mais de seis vezes superior ao preço de referência internacional. Alguns países tentaram impor a transparência no que se refere às margens comerciais do sector privado, enquanto outros as sujeitaram a regulamentação.

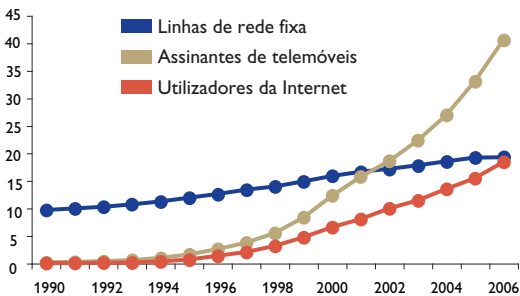
Os medicamentos genéricos são uma alternativa aos medicamentos originais de marca, cujo preço é mais elevado. A fim de promover a utilização de genéricos, pode-se, por exemplo, autorizar os farmacêuticos a substituir o medicamento de marca indicado na receita pelo respectivo genérico. Esta política de substituição apenas foi adoptada em menos de três quartos dos países em desenvolvimento. Entre outras estratégias para aumentar a utilização de medicamentos genéricos referem-se os procedimentos de registo preferencial, a promoção da concorrência de preços e o reforço da confiança dos médicos, farmacêuticos e doentes na qualidade desses medicamentos.

META

Em cooperação com o sector privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial nas áreas da informação e das comunicações

Os telemóveis estão a contribuir para a expansão das comunicações nos países em desenvolvimento

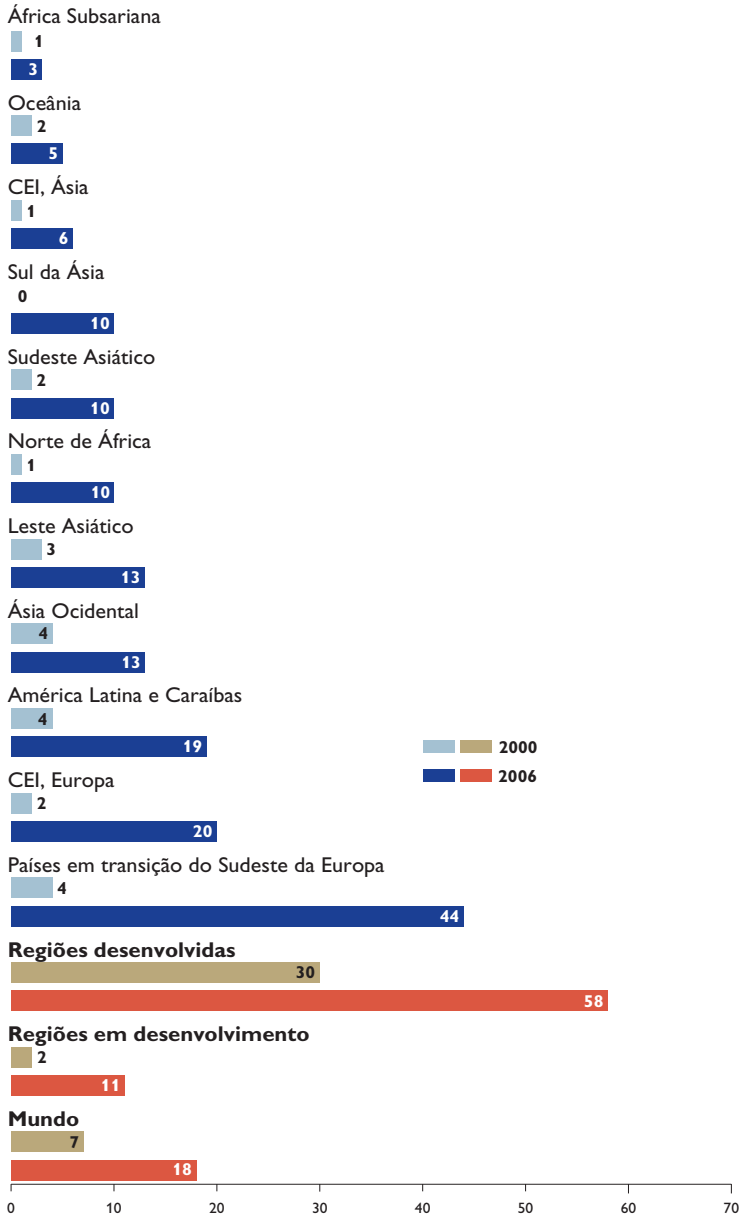
Número de assinaturas de telefone e ligações à Internet por 100 habitantes, mundo, 1990-2006



O número de assinantes das redes fixa e móvel aumentou de 530 milhões em 1990 para mais de 4 mil milhões, até ao final de 2006. A utilização de telemóveis registou um aumento acentuado – mais 500 milhões de novos assinantes desde 2005 – e, no final de 2006, o total de assinantes era superior a 2,7 mil milhões. O crescimento foi maior nos países com poucas redes de telefones fixos. Em África, o número de novos assinantes de telemóveis foi superior a 60 milhões, em 2006, e quase todos os países têm actualmente mais assinantes da rede móvel do que da rede fixa. Com aproximadamente 200 milhões de assinantes no final de 2006, 22% da população de África já tinha um telemóvel nesse ano, em comparação com 3% que tinha um telefone da rede fixa e 5% que eram utilizadores da Internet. Graças aos progressos tecnológicos e à implantação das tecnologias de banda larga sem fios, existem novas oportunidades de eliminar as disparidades entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento no domínio das comunicações.

A utilização da Internet está a aumentar rapidamente, mas as regiões mais pobres estão a ficar para trás

Número de utilizadores da Internet por 100 habitantes, 2000 e 2006



A conectividade à Internet ajudará o mundo em desenvolvimento a realizar os objectivos da saúde, educação, emprego e redução da pobreza. No final de 2006, 1,2 mil milhões de pessoas já estavam ligadas à Internet – um pouco mais de 18% da população mundial. Mas o fosso digital continua a ser profundo.

Nos países desenvolvidos, 58% da população estava a utilizar a Internet em 2006, em comparação com 11% nos países em desenvolvimento e apenas 1% nos países menos avançados. O acesso em banda larga, que deu um grande impulso à utilização da Internet nos países desenvolvidos, tem crescido lentamente nas regiões em desenvolvimento. Em 2006, a maioria dos países da África Subsariana ainda não tinha implantado serviços comerciais de banda larga e, nos locais onde esses serviços existiam, a maioria da população não tinha acesso aos mesmos, devido ao seu custo elevado.



Nota ao leitor

Medição do avanço em direcção à consecução das ODM

Na Declaração do Milénio das Nações Unidas, de Setembro de 2000, os dirigentes de 189 países adoptaram uma visão do mundo em que os países desenvolvidos e em desenvolvimento trabalhariam em parceria para melhorar a situação de todas as pessoas, em especial as mais desfavorecidas. A fim de dispor de um quadro que lhes permitisse medir os progressos realizados, essa visão foi transformada em oito Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, 18 metas e 48 indicadores. Em 2007, esse quadro de acompanhamento foi revisto, tendo passado a incluir quatro novas metas acordadas pelos Estados-Membros na Cimeira Mundial de 2005¹; foram igualmente identificados² novos indicadores para acompanhar os progressos na consecução das novas metas.

O presente relatório contém uma avaliação dos progressos registados, baseada em dados disponíveis em Junho de 2008³ sobre todos os indicadores oficiais dos ODM, incluindo os novos. Os valores agregados apresentados no relatório permitem formar uma ideia geral do avanço das várias regiões em direcção aos oito objectivos e constituem uma maneira de acompanhar os progressos ao longo do tempo. No entanto, a situação nos vários países de uma determinada região pode diferir significativamente dos valores regionais. O ano de referência para a avaliação é 1990, mas também se apresentam dados relativos a 2000 sempre que possível, a fim de traçar um panorama mais completo dos progressos realizados desde a assinatura da Declaração do Milénio.

Base da presente análise

A presente análise baseia-se em valores regionais e sub-regionais compilados pelo Grupo de Peritos Interorganismos da Nações Unidas para os Indicadores dos ODM. De um modo geral, os valores foram obtidos através de médias ponderadas dos dados relativos aos vários países – utilizando como coeficiente de ponderação a população de referência. Para garantir a comparabilidade entre países e entre regiões, os dados são os utilizados por organismos internacionais nos respectivos domínios de especialização (ver a lista de organizações que contribuíram com dados no verso da capa). Para cada indicador, foram designados um ou mais organismos para serem fornecedores oficiais de dados e para desenvolverem metodologias apropriadas para a recolha e análise dos dados.

Os dados foram normalmente extraídos de estatísticas oficiais fornecidas pelos governos aos organismos internacionais responsáveis pelo indicador em causa. Os dados são obtidos mediante uma recolha periódica junto dos ministérios e serviços nacionais de estatística do mundo inteiro.

A fim de colmatar as frequentes lacunas dos dados, muitos indicadores foram completados com dados recolhidos através de inquéritos patrocinados e realizados por organismos internacionais ou foram derivados exclusivamente desses dados. Isto aplica-se a muitos dos indicadores relativos à saúde, que foram compilados na maioria dos casos a partir de inquéritos agregados de indicadores múltiplos e inquéritos demográficos e de saúde.

Em alguns casos, os países poderão dispor de dados mais recentes que ainda não foram facultados aos organismos especializados pertinentes. Noutros casos, os países não produzem os dados necessários para compilar um indicador e os organismos internacionais competentes calculam os valores em falta. Por último, mesmo quando os países produzem

regularmente os dados indispensáveis, é frequentemente necessário proceder a ajustamentos, a fim de garantir a comparabilidade internacional. Os dados de fontes internacionais diferem, portanto, frequentemente dos dados disponíveis a nível nacional.

A Divisão de Estatísticas das Nações Unidas é responsável por manter o sítio Web oficial do Grupo de Peritos Interorganismos para os Indicadores dos ODM e a sua base de dados – que pode ser consultada em <http://mdgs.un.org>. A fim de tentar melhorar a transparência, atribuem-se códigos de cores às séries de dados de país da base de dados, para indicar se os valores apresentados são uma estimativa ou se foram fornecidos por organismos nacionais; apresentam-se igualmente metadados, com uma explicação completa da forma como os indicadores foram produzidos e as metodologias utilizadas para os agregados regionais.

As discrepâncias entre as várias fontes e as lacunas existentes têm suscitado preocupações entre os estatísticos. Foram lançadas recentemente numerosas intervenções destinadas a conciliar as actividades de acompanhamento nacionais e internacionais e resolver as diferenças entre os métodos e definições utilizados pelos vários organismos nacionais e internacionais. Está a ser desenvolvido trabalho ao nível dos países, com vista a melhorar a disponibilidade dos dados necessários, a coordenação dos sistemas nacionais de estatística e os mecanismos de prestação de informação aos serviços internacionais de estatística.

Construir sistemas estatísticos mais sólidos

Estes esforços para medir, acompanhar e informar sobre os progressos na consecução dos ODM evidenciaram a necessidade de melhorar a capacidade de produzir, analisar e difundir dados da maioria dos países em desenvolvimento. Desde que a avaliação periódica dos ODM se iniciou há mais de cinco anos, foram lançadas várias iniciativas nesse sentido. O Plano de Acção de Marraquexe no domínio da estatística, adoptado pelos beneficiários de ajuda e pelos doadores na Segunda Mesa-Redonda Internacional sobre a gestão para o desenvolvimento centrado em resultados, representou um passo importante no sentido de ajudar os países em desenvolvimento a reforçarem a sua capacidade estatística. O Grupo de Peritos Interorganismos para os Indicadores dos ODM também está a debruçar-se sobre o reforço das capacidades estatísticas: em conjunto com organismos internacionais, doadores e representantes dos serviços nacionais de estatística, o Grupo está a identificar as prioridades nacionais e a formular recomendações com vista a melhorar a prestação de assistência estatística aos países e a coordenação da mesma. Em 2006, o Conselho Económico e Social das Nações Unidas aprovou uma resolução adoptada pela Comissão de Estatística das Nações Unidas, que é constituída por representantes dos serviços nacionais de estatística, realçando a necessidade urgente de reforçar a capacidade estatística dos países com recursos limitados.

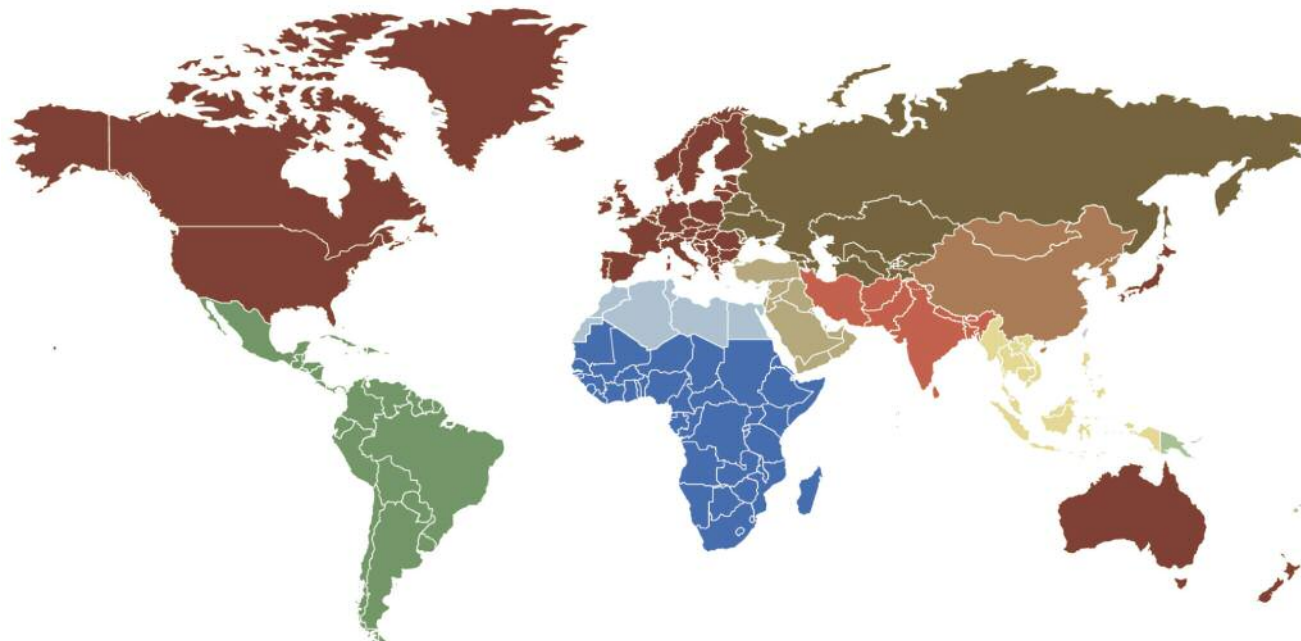
O reforço da capacidade estatística exige um apoio financeiro e técnico maior e mais bem coordenado por parte da comunidade internacional. O êxito depende da apropriação pelos países e do empenhamento dos governos em incentivar as mudanças institucionais necessários para garantir a sustentabilidade das iniciativas de reforço de capacidades.

¹ Resolução 60/1 da Assembleia Geral, Documento Final da Cimeira Mundial de 2005.

² O novo quadro de acompanhamento dos ODM está disponível em <http://mdgs.un.org>.

³ Dado o desfasamento entre a recolha dos dados e a análise dos mesmos, são poucos os indicadores com dados relativos ao ano em curso ou a 2007.

Agrupamentos Regionais



- Regiões desenvolvidas
- Países da Comunidade de Estados Independentes (CEI)
- Norte de África
- África Subsariana
- Sudeste Asiático
- Oceânia
- Leste Asiático
- Sul da Ásia
- Ásia Ocidental
- América Latina e Caraíbas

O presente relatório apresenta dados sobre os progressos realizados no que se refere à consecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio a nível mundial e de vários agrupamentos de países. Estes agrupamentos encontram-se classificados como regiões “em desenvolvimento”, economias em transição da Comunidade de Estados Independentes (CEI) da Ásia e da Europa, e regiões “desenvolvidas”.¹ As regiões em desenvolvimento foram ainda subdivididas em sub-regiões, tal como se mostra no mapa acima apresentado. Estes agrupamentos regionais baseiam-se em divisões geográficas das Nações Unidas, com algumas modificações destinadas a criar, na medida do possível, grupos de países susceptíveis de permitir uma análise útil. Para uma lista completa dos países incluídos em cada região e sub-região consulte mdgs.un.org.

¹ Uma vez que no sistema das Nações Unidas não existe uma convenção para a designação de países ou regiões “desenvolvidas” e “em desenvolvimento”, estabeleceu-se aqui esta distinção apenas para efeito de análise estatística.

Para mais informações:

Consultar o sítio Web sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio da Divisão de Estatística das Nações Unidas em mdgs.un.org

Consultar o sítio Web dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio das Nações Unidas em www.un.org/millenniumgoals

Consultar o sítio Web do Gabinete da Campanha do Milénio das Nações Unidas em www.millenniumcampaign.org

PHOTO CREDITS:

Capa: UN Photo/Tim McKulka

Página 2: UN Photo/Fred Noy

Página 6: UNICEF/HQ06-2417/Susan Markisz

Página 11: UNICEF/HQ05-1148/Kent

Página 12: UN Photo/Shehzad Noorani

Página 15: UN Photo/WFP

Página 16: UN Photo/Martine Perret

Página 20: UN Photo/Eskinder Debebe

Página 23: UN Photo

Página 24: UNICEF/HQ06-2706/Shehzad Noorani

Página 28: UN Photo/Mark Garten

Página 35: UN Photo/Mark Garten

Página 36: UNCDF Photo/Adam Rogers

Página 43: UN Photo/Tim McKulka

Página 44: UN Photo/Fred Noy

Página 49: UNCDF Photo/Adam Rogers

Copyright © Nações Unidas, 2008.
Todos os direitos reservados.

“É possível alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, se forem adoptadas medidas imediatas para cumprir os compromissos existentes. A realização dos nossos objectivos de desenvolvimento no mundo inteiro não só é vital para proporcionar uma vida melhor, mais saudável e digna a milhões de pessoas, como é essencial para construir uma paz e segurança mundiais duradouras.

A nossa geração pode realizar os objectivos do desenvolvimento e libertar os nossos semelhantes – homens, mulheres e crianças – das condições abjectas e desumanizantes da pobreza extrema.”

– Relatório do Secretário-Geral sobre o Trabalho da Organização, 2007

– Publicado pelo Departamento de Assuntos Económicos e Sociais (DESA) das Nações Unidas, Agosto de 2008.